

1911
1920
1930
1940
1950
1960
1970
1980
1990
2000

FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL

2010
relatório
e
contas



Juntos somos mais.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	2
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO (SATA)	4
AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS	4
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	5
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	6
OUTRAS ACTIVIDADES.....	7
QUADRO DE PESSOAL.....	7
SERVIÇO DE AUDITORIA (SAUD)	8
AUDITORIAS REALIZADAS.....	8
ESCLARECIMENTOS PRESTADOS ÀS CAIXAS AGRÍCOLAS	9
ENVOLVIMENTO, POR SOLICITAÇÃO DOS TRIBUNAIS OU DAS CCAM, EM PROCESSOS JUDICIAIS.....	9
REstante ACTIVIDADE	10
QUADRO DE PESSOAL.....	10
SERVIÇO DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL E APROVISIONAMENTO (SPDA).....	11
APROVISIONAMENTO.....	11
CENTRO DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL	12
GESTÃO DE CHEQUES.....	14
APOIO ADMINISTRATIVO.....	14
RESULTADOS DA ACTIVIDADE	15
SERVIÇO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (SAF)	18
QUADRO DE PESSOAL.....	19
REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL	20
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS.....	25
RESULTADOS E EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS	27
RENDIMENTOS	27
GASTOS.....	30
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	32
AGRADECIMENTOS	33
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	34
BALANÇO	34
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	35
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	36
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	37
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	38
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	73
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	76

INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea j) do artigo 29º dos Estatutos da FENACAM, vem a Direcção apresentar o Relatório e Contas, relativo ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2010.

Cabe aqui, necessariamente, um olhar crítico sobre o rumo das políticas orientadoras que se têm sucedido, arrastadas pela realidade em mudança.

Foi num clima geral de grande incerteza e complexidade que a Direcção tomou posse, no dia 04 de Janeiro de 2011, para um mandato de três anos, assumindo, desde a primeira hora, objectivos ambiciosos para a construção de um novo modelo de funcionamento e de organização da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.

Nesta primeira fase, decorrida desde a tomada de posse da nova equipa, o carácter exploratório e de compreensão dos vários aspectos conceptuais e de organização da Federação, bem como as questões relacionadas com o expediente económico-financeiro, assumiram o alvo principal da nossa atenção.

Outra das questões incontornáveis foi a discussão do modelo de financiamento da Federação, em parte suportado pelas associadas, não podendo esta matéria deixar de ser equacionada numa perspectiva integrada, com a estratégia de futuro das principais áreas prestadoras de serviços - SATA, SAUD e SPDA.

Com base na análise efectuada e conscientes das dificuldades que as CCAM actualmente atravessam, face ao panorama de instabilidade económico-financeira, evidenciamos aqui alguns aspectos que terão de nortear a esfera da nossa actuação:

- A situação financeira da FENACAM, apesar de positiva, que se deve ao ganho extraordinário de € 846 483, 47, proveniente da mais valia contabilística de € 797 845,47, apurada na venda do edifício da Rua Pascoal de Melo e da variação positiva de € 48 638,00, nas responsabilidades actuariais do Fundo de Pensões do CA, apresenta sérios riscos que, a não serem tomadas urgentes medidas estruturantes de fundo, poderá por em causa a sua sustentabilidade, a curto prazo;
- A representação institucional, nacional e internacional, deverão fazer transparecer as acções da FENACAM e dos seus dirigentes e, acima de tudo, trazer contributos válidos e de interesse para o CA;
- É imperativa a elaboração de uma proposta de revisão do actual Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, aproveitando as comemorações do centenário, que vá ao encontro das necessidades e do verdadeiro estatuto a que o Crédito Agrícola tem direito;

- A implementação de uma Central de Grandes Compras para o Grupo CA, em parceria com a CAIXA CENTRAL, mantendo na FENACAM as valências já existentes no SPDA;
- O estabelecimento de procedimentos que permitam oferecer ao Grupo CA um pacote de serviços abrangente, englobando os serviços de auditoria e de certificação legal de contas, com cobertura total das CCAM do SICAM, visando, também, o desaparecimento no balanço consolidado do Grupo, da reserva de limitação de âmbito, actualmente existente;
- A reestruturação do modelo organizativo da Federação e dos Serviços, através da implementação de matrizes de definição de funções, procedimentos e delegação de competências actualizadas, que permitam uma actuação de forma concertada e sistemática, tendo em vista o permanente compromisso da qualidade.

Por outro lado, as actuais condições de exploração financeira dos serviços do SATA e do SAUD, apesar das diferenças no modelo de financiamento que lhes é aplicável, não suprem os respectivos custos de funcionamento, pelo que se torna imperioso e urgente uma profunda reestruturação dos mesmos, no sentido de se caminhar para o equilíbrio do binómio receitas/custos.

No ano de 2010, o défice no SAUD cifrou-se em € 206 755,14, tendo o SATA atingido o prejuízo exorbitante de € 532 281,48.

O equilíbrio financeiro destas duas áreas terá de ser conseguido, não se abdicando, de forma alguma, da qualidade dos serviços, de reconhecido mérito, a prestar às CCAM's.

Registamos também que, em Março de 2010, a FENACAM mudou de sede, adquirindo um escritório, num piso único, com cerca de 700m², no Edifício Sagres, localizado no Prior Velho, Concelho de Loures, cujo custo total ascendeu a € 2 238 759,46.

Esta decisão, tem consequências ao nível dos encargos imediatos e futuros da FENACAM.

A actual Direcção reitera os desafios para o futuro próximo, com especial enfoque na reafirmação do estatuto político e de representação institucional da FENACAM e na optimização dos seus recursos técnicos e humanos, VALORIZANDO, SEMPRE, O DESENVOLVIMENTO E A CONVERGÊNCIA NO SEIO DO CRÉDITO AGRÍCOLA.

SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO (SATA)

Um facto de grande relevância para o Serviço de Apoio Técnico, e conseqüentemente para as Caixas Agrícolas, foi a conclusão, no final de 2010, dos trabalhos do projecto de Actualização/Reavaliação do valor dos imóveis habitacionais.

Esta nova e importante funcionalidade, que corre no Sistema de Gestão de Avaliações (SGA), permite a todas as Caixas Agrícolas (associadas ou não da FENACAM) actualizar o valor dos seus bens imóveis de uma forma célere, possibilitando a observância das exigências do Banco de Portugal no que concerne a verificação do valor dos imóveis em carteira (de acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007, Anexo VI, Parte 2 – Requisitos Mínimos).

Ao novo sistema de actualização automática foram efectuados testes de performance realizados por empresa consultora. Adicionalmente o Serviço de Apoio Técnico, desenvolveu vários testes, através da comparação dos valores obtidos nas reavaliações realizadas pelos nossos técnicos e os valores previstos pelo sistema de actualização automática, tendo obtido resultados positivos.

Simultaneamente, e dando resposta à carta circular nº 44/09 do Banco de Portugal, que recomenda um processo de acompanhamento do valor atribuído aos imóveis em reembolso de crédito próprio, foi também criada outra importante funcionalidade que gera uma "ficha" para cada imóvel, ou conjunto de imóveis, permitindo conhecer, a todo o momento: a data da última avaliação, o valor atribuído, a metodologia de avaliação, a entidade avaliadora e o histórico das avaliações.

Estas novas funcionalidades entram em produção durante o mês de Fevereiro.

Avaliações Imobiliárias

O mercado imobiliário apresenta actualmente reduzido dinamismo e decréscimo acentuado de operações (aquisição, transferências, investimento, etc.), fruto da crise Internacional, influenciando claramente o negócio das Caixas Agrícolas e, conseqüentemente, a actividade das avaliações imobiliárias que, no presente ano, registou uma descida, contrariando a tendência verificada nos últimos anos.

Em 2010, foram realizados 5.915 relatórios de avaliação e autos de medição e um montante avaliado de 1.070 milhões de euros, resultando numa redução do número total de processos, bem como do montante avaliado, face ao ano anterior, em 11,00% e 13,00%, respectivamente.

Contudo, na região da grande Lisboa e Ribatejo e Oeste, fruto de adjudicação de trabalhos com algumas Caixas Agrícolas, para realização de avaliações em quantidade, aliado ao facto de 2 técnicos desta região se encontrarem de baixa

médica, a actividade atingiu um limite crítico, quer pelo aumento significativo do número de avaliações, como pelo alargamento da área de acção dos técnicos.

De referir a adesão de Caixas Agrícolas que, de um modo regular, começaram a solicitar todas as avaliações ao SATA.

Evolução do nº de processos de avaliação e montante avaliado

Ano	Processos		Montante	
	Nº	Δ %	Euros	Δ %
2010	5.915	-11,29%	1.070.294.673	-13,20%
2009	6.668	7,15%	1.233.108.714	0,49%
2008	6.223	9,23%	1.227.143.388	9,49%

No âmbito do Sistema de Gestão de Avaliações, foi estabelecido, em 2010, entre a FENACAM e a Caixa Agrícola do Alentejo Central um "Memorando de Entendimento", para a realização de avaliações imobiliárias através desta ferramenta, a exemplo do que já acontece com as Caixas Agrícolas de Albufeira, Noroeste, São João da Pesqueira, Zona do Pinhal e Costa Azul.

Estas parcerias têm-se afirmado de forma proveitosa e eficaz, permitindo incrementar uma uniformização de procedimentos ao nível dos relatórios produzidos e dos critérios utilizados, bem como ao alargamento da cobertura territorial ao nível da realização das avaliações.

No exercício em análise os proveitos directos realizados, desta actividade, foram de 582.673 euros, valor inferior em 10% ao orçamentado para esta rubrica.

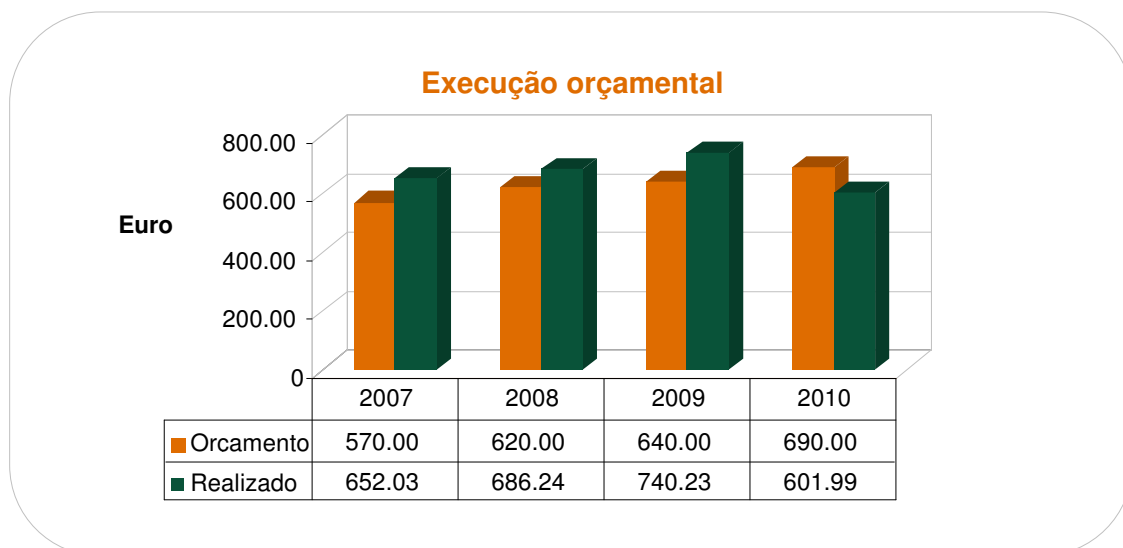
Assistência Técnica

Nesta actividade continua a verificar-se um decréscimo do número de dias de assistência técnica. Em 2010 efectuaram-se 120 dias de assistência técnica, o que significou uma redução, tanto de actividade como nos proveitos, na ordem dos 79% relativamente a 2009. De referir que, o preço por dia de assistência técnica se mantém inalterado desde 2000.

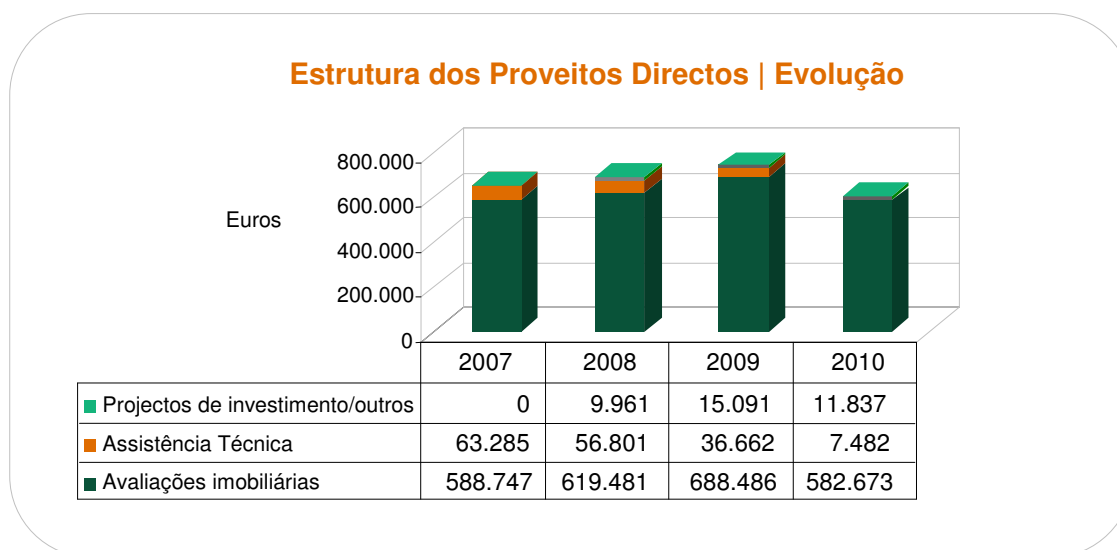
No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), foram elaboradas cinco candidaturas à Instalação de Jovem Agricultor – Acção 1.1.3, sendo que uma também incluía uma candidatura para a Modernização e Capacitação das Empresas Agrícolas – Componente 1 - Acção 1.1.1.

Execução Orçamental

A nível da execução orçamental em 2010, o total de proveitos directos ascendeu a 602 mil euros, valor inferior em 88 mil euros ao montante orçamentado. Este diferencial, ocorre por via de: redução do número de técnicos, evolução da conjuntura económica mais negativa que o previsto e diminuição dos dias de assistência técnica, consideravelmente superior ao registado em anos anteriores.



A estrutura dos proveitos directos em 2010 continua a reflectir a tendência dos últimos anos, um aumento progressivo da componente das avaliações imobiliárias e redução, muito significativa, da assistência técnica.



Outras Actividades

No âmbito da certificação energética continuamos a responder, a nível nacional, às diversas necessidades de todas as Caixas Agrícolas, que se tem traduzido numa procura positiva, tanto a nível do regulamento dos sistemas de climatização em edifícios (RSECE), como do regulamento das características de comportamento térmico dos edifícios (RCCTE), fracções destinadas à habitação ou comércio.

Em 2010 foram adjudicados 24 trabalhos de certificação energética.

A partir do gabinete central/sede, o SATA, para além da actividade inerente ao seu normal funcionamento, elaborou 9 Informações e 6 comunicações à Direcção, 20 notas internas de serviço aos técnicos e 27 cartas.

Quadro de Pessoal

No final de 2010 o Serviço de Apoio Técnico era composto por 1 Coordenador, 13 técnicos, 2 técnicos em regime de prestação de serviços e por 1 administrativo.

Salientamos o facto de que dois técnicos, desde Fevereiro e Julho de 2010, encontrarem-se de baixa médica.

SERVIÇO DE AUDITORIA (SAUD)

A actividade desenvolvida pelo Serviço de Auditoria no decurso de 2010 consistiu no seguinte:

- Realização de 60 auditorias a Caixas Agrícolas através do exame dos seus elementos de escrituração e das correspondentes demonstrações de natureza financeira e patrimonial, tendo sido verificadas e apreciadas as normas contabilísticas, fiscais, administrativas e os procedimentos de controlo interno em geral, e comprovado o cumprimento dos avisos e instruções do Banco de Portugal, compreendendo os elementos de reporte prudencial e contabilístico, e as directivas da Caixa Central;
- Emissão dos correspondentes relatórios no final das auditorias;
- Esclarecimento sobre questões técnicas colocadas pelas Caixas Agrícolas;
- Envolvimento, por solicitação dos Tribunais ou das CCAM, em processos judiciais.

Auditorias Realizadas

Na programação das auditorias manteve-se o critério de tomar por base o tempo decorrido desde a última auditoria efectuada, tendo-se dado prioridade às solicitações da Caixa Central. Demos igualmente cumprimento aos pedidos do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, num total de 20 CCAM.

Além destes 20 trabalhos de auditoria, foram posteriormente solicitados pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo mais 6 Relatórios de Auditoria.

As auditorias reportam-se às contas trimestrais tomando por base o último trimestre encerrado à data de início dos trabalhos.

Nas auditorias em que se entendeu necessário efectuou-se a supervisão dos trabalhos na sua fase de execução em campo. A revisão final dos relatórios fez-se a partir da sede.

Os relatórios das auditorias foram enviados, nos termos da lei, aos Órgãos de Administração e Fiscalização das Caixas Agrícolas, à Caixa Central, ao Banco de Portugal e ao Fundo de Garantia do CAM quando solicitado.

As 60 CCAM auditadas num total de 85 (universo que constitui o SICAM em final de 2010) representam uma cobertura global, em número, de 71%.

Em relação ao crédito concedido e aos depósitos totais o grau de cobertura é de 72% e 71%, respectivamente.

Em termos comparativos com o ano anterior, tomando o número de CCAM, o crédito concedido e os depósitos totais, a estrutura percentual das auditorias realizadas é a seguinte:

Auditorias realizadas

2009			2010		
Número	Crédito Concedido	Depósitos Totais	Número	Crédito Concedido	Depósitos Totais
72 %	72 %	72 %	71 %	72 %	71 %

Efectuaram-se menos 3 auditorias do que no ano anterior devido:

- Saída de 1 auditor experiente no principio do ano de 2010;
- Foram admitidos 2 técnicos em Junho de 2010, com todo o dispêndio de tempo necessário para a sua formação;
- Mais tempo incorrido na Caixas Agrícolas em que ocorreram fusões, dado o aumento de dimensão e a necessidade de avaliar as concentrações patrimoniais resultantes.

A qualidade e a profundidade das auditorias manteve-se, com maior incidência nas áreas dos activos de risco, sendo determinante o empenhamento e grande dedicação de todos, garantindo a credibilidade do trabalho realizado junto das entidades destinatárias dos relatórios.

Continuaram a utilizar-se os instrumentos operacionais de gestão de informação disponíveis no SICAM, de forma a se poder tirar a maior rentabilidade possível dos mesmos com o objectivo de se conseguir uma maior eficiência no cumprimento das funções de auditoria.

Esclarecimentos prestados às Caixas Agrícolas

Durante o ano de 2010, por solicitação, em geral, de Caixas Agrícolas, continuaram a ser efectuados directamente pelos auditores numerosos e frequentes esclarecimentos sobre questões técnicas de diversa natureza.

Envolvimento, por solicitação dos Tribunais ou das CCAM, em processos judiciais

Durante o ano de 2010 foi solicitada a presença de 3 auditores para prestarem declarações como testemunhas em Tribunais (Judicial e de Trabalho). Foram também emitidos relatórios de peritagem sobre processos Judiciais envolvendo Caixas Agrícolas, tendo sido dispendidos 6 dias úteis no total.

Restante Actividade

Além dos trabalhos de auditoria, os esclarecimentos prestados e o envolvimento nos processos em Tribunal, o Serviço de Auditoria desenvolveu a partir da sede toda uma actividade relativa ao seu próprio funcionamento, de que se destacam, no decurso de 2010, a emissão de 14 Normas Técnicas para os auditores, 18 Informações Técnicas também aos auditores e 7 Informações à Direcção da FENACAM.

Deu-se continuidade ao processo de digitalização, encontrando-se na presente data a totalidade dos relatórios de auditoria, emitidos desde 1984, digitalizados, estando assim criado um arquivo digital (em disco rígido) muito mais eficiente e sem ocupar espaço físico.

Quanto à formação externa, no decorrer de 2010 oito auditores frequentaram uma acção de formação sobre "Apuramento de IRC – Aspectos Relevantes" e um auditor frequentou duas acções sobre "Auditoria a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo" e "Transição POC/SNC e IRC – Alterações para 2010", tendo sido despendidos 10 dias úteis no total.

Quadro de Pessoal

Em Janeiro saiu um auditor.

Em Janeiro procedeu-se ao recrutamento de dois novos quadros, tendo os mesmos sido admitidos como estagiários, em Junho.

No final de 2010 o Serviço de Auditoria integra 10 auditores, dois dos quais com funções de supervisão e revisão das auditorias, 4 auditores estagiários e 2 elementos no secretariado.

SERVIÇO DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL E APROVISIONAMENTO (SPDA)

Em 2010, dando continuidade a uma política de proximidade com as Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo, o SPDA uma vez mais alcançou as metas que havia definido no seu Pano de Actividades e Orçamento.

Temos no entanto de reconhecer a importante colaboração que as Caixas Agrícolas e respectivas Administrações nos têm proporcionado, razão fundamental e sem a qual não nos seria possível alcançar as metas estabelecidas.

O SPDA tem vindo a conquistar o seu espaço e confiança dentro da estrutura do Grupo, mas nem sempre tem sido fácil alcançar os resultados por todos tão desejados. Temos vindo a construir uma base de confiança que nos tem permitido por um lado, intensificar o nosso trabalho diário junto das Caixas Agrícolas, no fornecimento de produtos e serviços necessários ao desenvolvimento da sua normal actividade e, por outro lado, estabelecer parcerias com as Instituições Centrais, mostrando capacidade e dando resposta a situações concretas, aumentando a nossa participação na vida daquelas Instituições de referência para o Crédito Agrícola.

Foi sempre nosso espírito corresponder às expectativas criadas em torno deste serviço, quer em termos de qualidade e de capacidade de resposta, procurando a cada momento as melhores opções, sempre na defesa dos interesses do Crédito Agrícola. Da nossa parte aceitaremos este compromisso de corresponder a essas expectativas, não esquecendo porém que é necessário criar equilíbrios financeiros na própria estrutura da FENACAM, situação que tem sido alcançada, em boa parte, pelo bom desempenho deste Serviço.

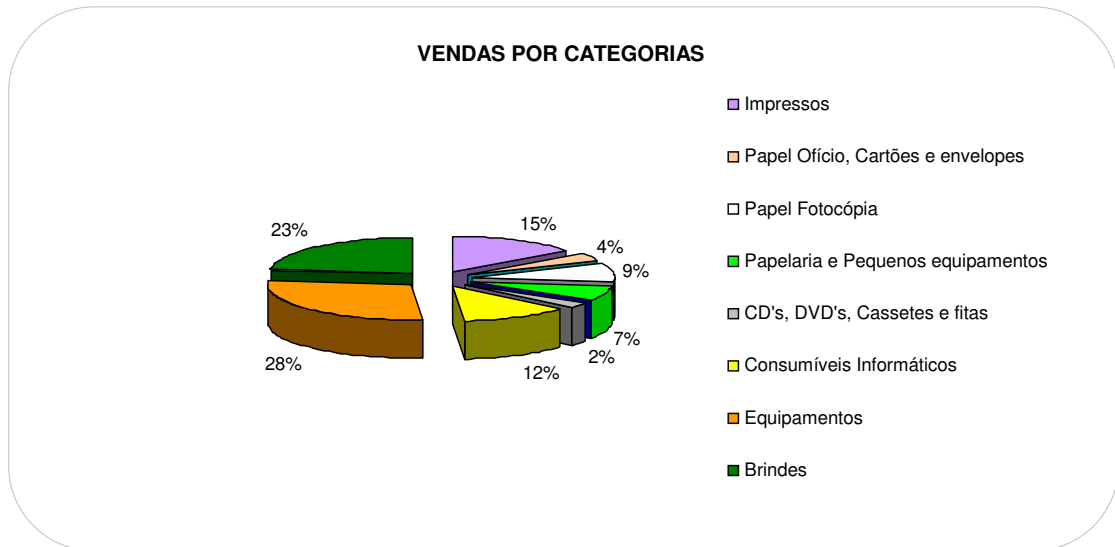
Aprovisionamento

Esta área tem como principal objectivo a satisfação das necessidades diárias das Caixas Agrícolas, essenciais ao normal funcionamento da sua actividade. A importância desta área verifica-se ao nível do fornecimento de:

- Impressos, consumíveis de papelaria e informáticos, equipamentos de escritório (faxes, copiadoras, multifunções, projectores, destruidores de documentos, calculadoras), equipamentos de segurança (cofres, portafortes, arquivadores, sistemas de segurança), equipamentos de tratamento de dinheiro (contagem, detecção e classificação de notas e moedas), e brindes Institucionais;
- Serviços de destruição de documentos (em segurança) e assistência técnica aos equipamentos.

Neste âmbito, de realçar a cooperação existentes com os vários departamentos da Caixa Central (DCO, DM, DMEP, DO) e com a CA Informática (com o estabelecimento de parceria que permite às Caixas Agrícolas adquirir alguns equipamentos de tratamento de dinheiro, utilizando a plataforma "RIMO").

Em 2010, o volume de Vendas atingiu os € 3.178.202 (valor sem IVA). No gráfico seguinte, podemos observar a percentagem que cada uma das categorias de produtos contribui para a formação do volume total de Vendas:



Em termos de fornecimento às Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo, de realçar o esforço feito no sentido de disponibilizar produtos respeitando o binómio Preço Vs Qualidade. De referir também, que este fornecimento inclui a componente de entrega no local, situação que é preciso ter em conta na formação do preço final do produto.

Centro de Produção Documental

Em 2010, bem como em anos anteriores, este serviço foi prestado às Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo dentro de grande normalidade cumprindo com os requisitos exigidos para um serviço desta natureza, quer em termos de qualidade quer em termos de segurança.

	Centro Produção Documental Registo da Actividade			
	2007	2008	2009	2010
Documentos Recebidos e Arquivados	12.198.386	13.154.294	14.068.834	14.541.835
Documentos Produzidos (Expedidos)	11.731.656	12.732.866	13.640.270	14.078.897
Total de Impressões Realizadas	14.770.311	17.186.077	27.947.471	23.672.880
Total de Objectos Postais (Expedidos)	10.128.359	11.450.982	12.414.471	12.581.044
Taxa de Agregação (Documentos CA)	16%	19%	23%	23%

Analisando o quadro anterior, verificamos que desde 2007 se tem registado um aumento significativo da actividade do Centro de Produção Documental.

Em 2010, destacamos o crescimento de 3,36% no volume de documentos recebidos e arquivados (no total de 14.541.835 documentos recebidos via CA Serviços), bem como o crescimento de 3,22% em termos de documentos produzidos/expedidos (no total de 14.078.897 documentos), reflectindo um aumento de 1,34% de objectos postais expedidos (no total de 12.581.044 objectos postais).

Podemos igualmente concluir que em 2010, em termos de impressões totais realizadas houve um decréscimo de 15,30%, face ao volume de impressões totais realizadas em 2009 (de 27.947.471 impressões em 2009, para 23.672.880 impressões em 2010). Esta situação, podemos explicar pela seguinte razão:

O ano de 2009, coincidiu com a entrada em produção de documentos para a CA Seguros, nomeadamente as Condições Gerais das Apólices de Seguro, que originou inicialmente um grande volume de documentos a produzir, sendo que estes caracterizam-se por um número de impressões por objecto postal muito acima da média (cerca de 32 impressões por objecto postal). Em 2010, com a estabilização deste serviço a prestar à CA Seguros, registou-se um normal abrandamento da produção das Condições Gerais das Apólices de Seguro, o que originou uma esperada redução em termos de impressões.

Quanto à evolução da taxa média de agregação, referente aos documentos agregáveis (Documentos Bancários), esta manteve-se nos 23%, traduzindo este indicador, uma redução significativa dos custos com portes de correio para as Caixas Agrícolas.

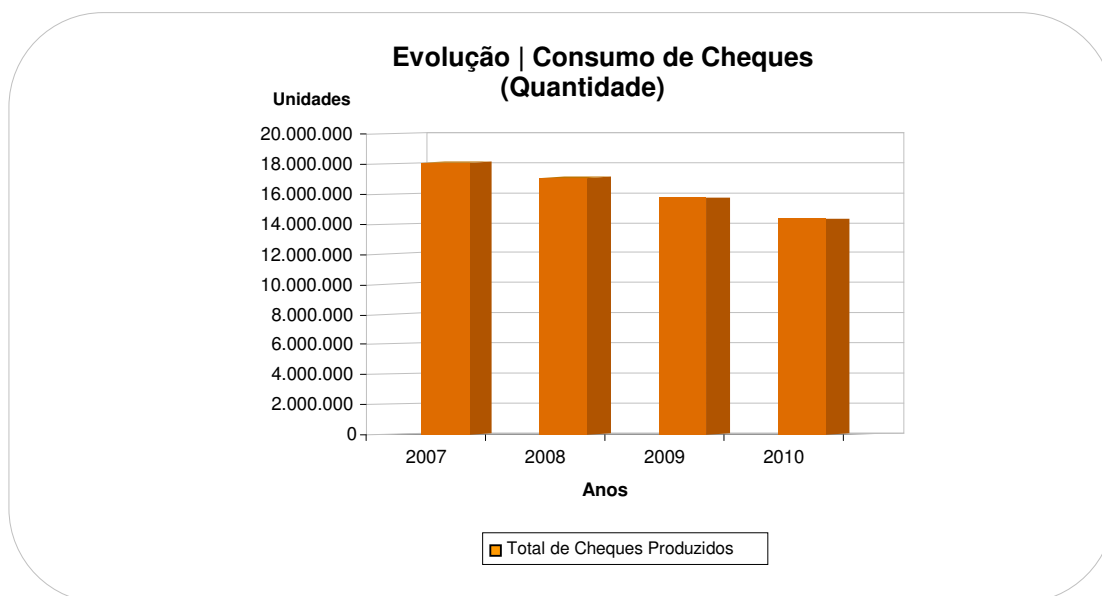
Neste contexto, voltamos a evidenciar o bom entendimento e colaboração com o Departamento de Retalho da CA Serviços e Departamento de Marketing da Caixa Central, essenciais para que este serviço apresente uma excelente performance no serviço prestado às Caixas Agrícolas.

Gestão de Cheques

Tratando-se de uma área a funcionar em regime de outsourcing, em 2010, iniciamos processo negocial com a empresa responsável pela produção de cheques para o Crédito Agrícola, com vista ao melhoramento das condições contratuais, resultando desde logo, neste processo, uma redução significativa do preço dos cheques para as Caixas Agrícolas, na ordem dos 25% (com aplicação deste novo preçário a partir de Julho de 2010).

Procedeu-se também à introdução de melhorias ao nível do modelo de facturação, passando a FENACAM a ser responsável por este processo bem como a repartição dos custos por Caixa Agrícola e respectivas Agências.

Neste contexto, tem sido importante a estreita colaboração com o Departamento de Consultoria e Organização e o Departamento de Marketing da Caixa Central, bem como com o Departamento de Retalho da CA Serviços.



Através da análise do gráfico, podemos observar a continua diminuição do consumo de cheques por parte dos Clientes do Crédito Agrícola, passando de 15,7 milhões de cheques em 2009, para 14,3 milhões de cheques em 2010.

Apoio Administrativo

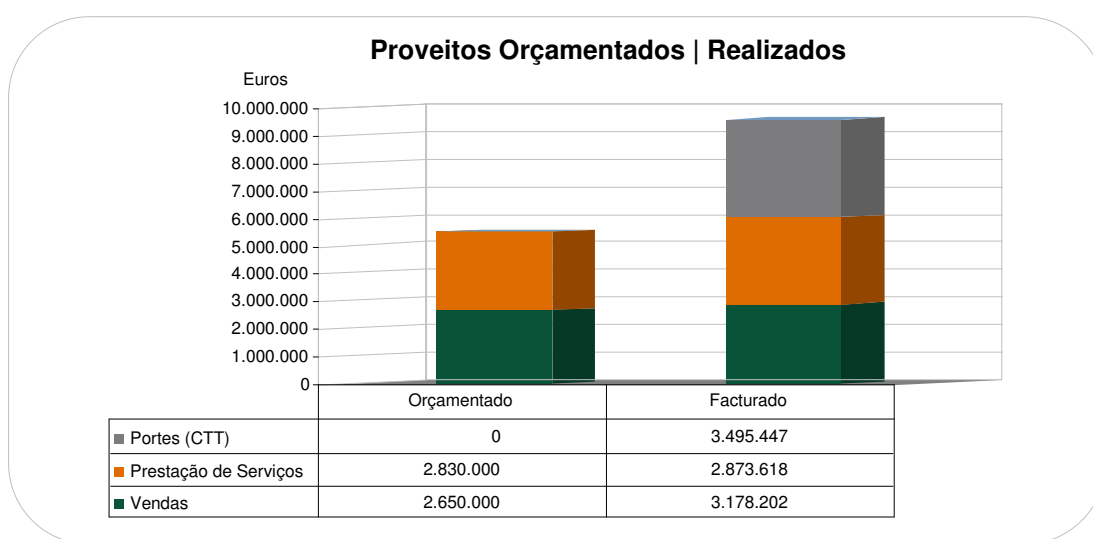
Sendo o SPDA um serviço essencialmente de apoio às Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo, a comunicação assume papel preponderante no desenvolvimento da sua actividade diária, pelo que foi feito esforço no sentido de disponibilizar o máximo de

informação, quer através de circulares e catálogos, quer através da colocação de informação no CAIS.

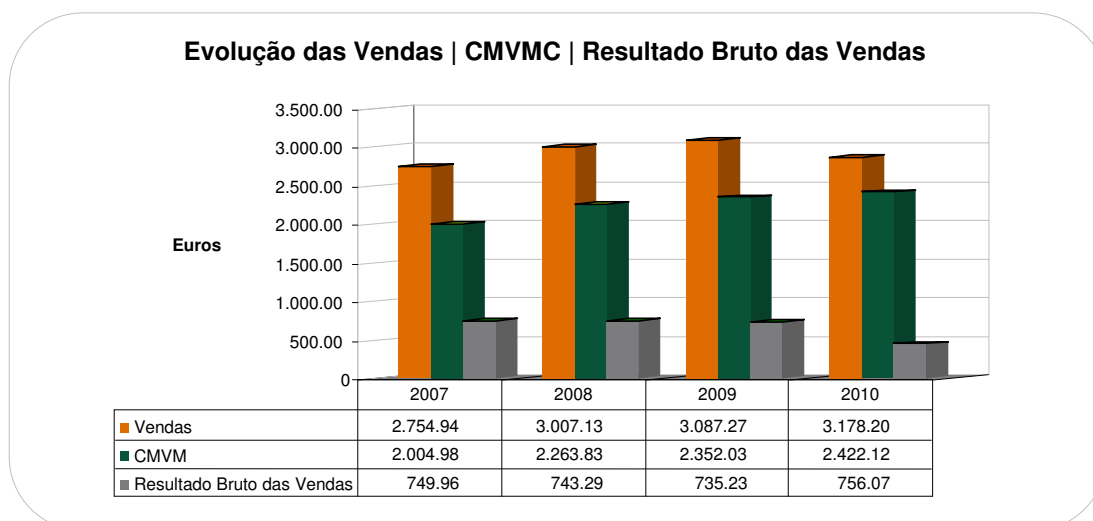
Foram enviados por este serviço 857 ofícios e 2.436 faxes para as mais diversas entidades, 149 informações, e ainda 32 circulares para as Caixas Agrícolas. Foram também elaboradas 170 propostas de consulta a fornecedores.

Foram emitidas por este serviço 1.940 notas de encomendas, 2.530 guias de entrada de produtos, 14.228 facturas, 166 notas de crédito e 391 guias de registo de consumo interno.

Resultados da Actividade

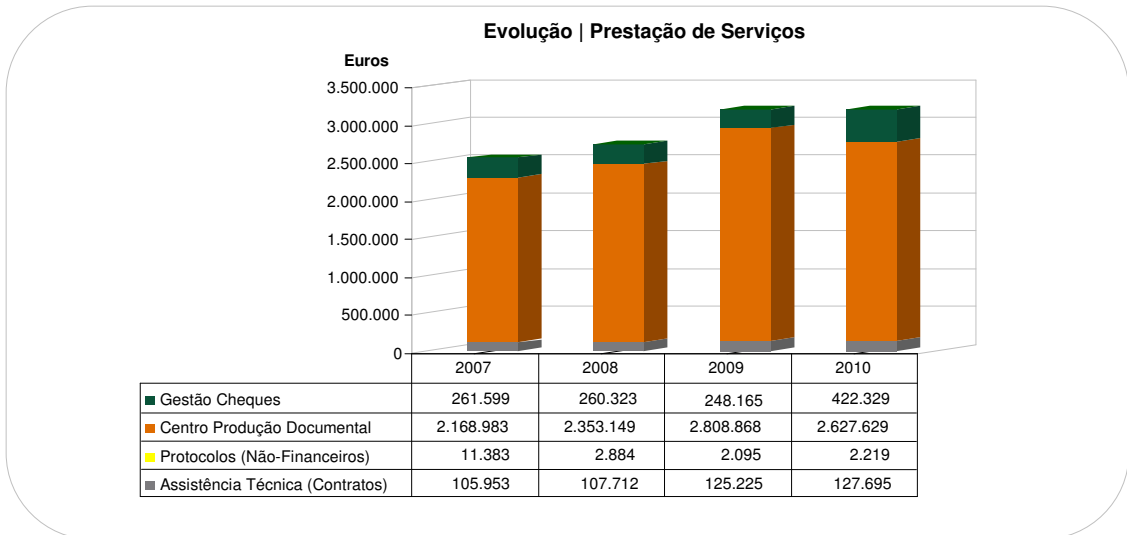


Em termos orçamentais, o SPDA alcançou uma vez mais as metas estabelecidas no seu Plano de Actividade, registando um desempenho bastante positivo, atingindo um total de proveitos de 6.051.820 Euros (valor sem IVA). De referir, que foi ainda facturado às Caixas Agrícolas o valor de 3.495.447 Euros (valor sem IVA), referente a portes de correio, correspondente à facturação dos portes por via dos CTT, valor este que não acresce ao volume total de proveitos.



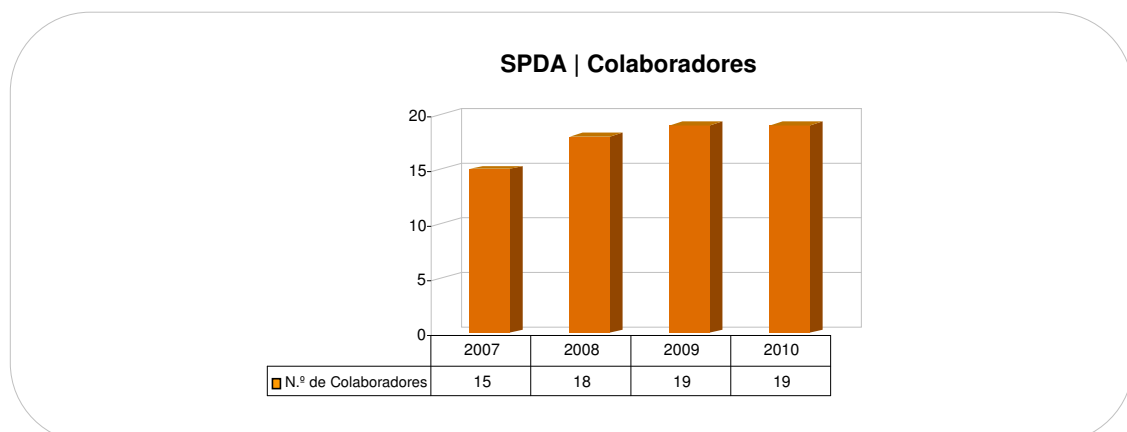
O acréscimo do valor das Vendas de 2009 para 2010 resulta em grande parte da passagem da venda de cheques para esta rubrica, reiterando comparabilidade entre os dois anos.

Da análise do gráfico, verificamos que o CMVMC registou um ligeiro aumento, cerca de 3%, acompanhando o Resultado Bruto das Vendas essa tendência.

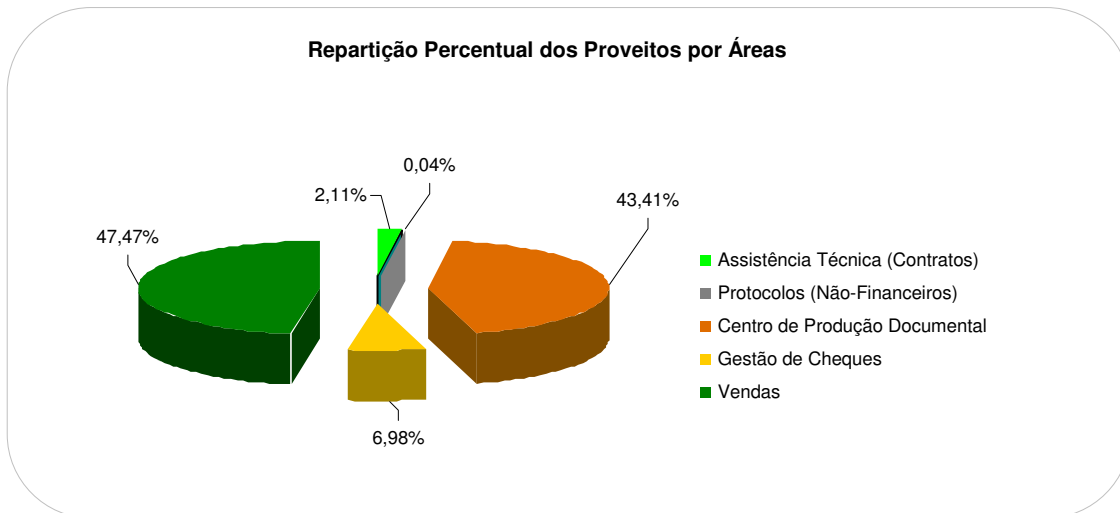


Em 2010, em termos gerais, os proveitos originados pela rubrica Prestação de Serviços, no valor de 2.873.618 Euros (valor sem IVA), estão na linha do registado em 2009, o que também neste caso tem correspondência directa com a estratégia definida que foi no sentido de manter o precário dos serviços a prestar às Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo.

Referente à rubrica "Gestão de Cheques", esta registou um aumento considerável em virtude do mencionado anteriormente, em que a partir de Julho/2010 e com a renegociação do contrato de fornecimento de cheques, a FENACAM passou a efectuar toda a facturação dos cheques fornecidos ao Crédito Agrícola, ao passo que no cenário anterior, a FENACAM apenas apresentava, junto do Fornecedor de cheques, factura única referente à sua participação no processo de gestão contratual.



Durante o ano de 2010, não se registou qualquer alteração ao nível dos recursos humanos, mantendo-se estável a equipa de trabalho, com 19 Colaboradores (dos quais 3 elementos estão em regime de prestação de serviço).



A estrutura de proveitos do SPDA apresenta-se equilibrada, com as Vendas a representar 47,47% e a Prestação de Serviços a alcançar 52,53% do total dos proveitos. De registar que a percentagem afecta à Prestação de Serviços foi ligeiramente superior ao das Vendas, apresentando ambas as áreas um bom nível de desempenho em 2010.

Numa equipa de 19 Colaboradores, apresentar uma facturação total anual de 9.549.068 Euros (valor sem IVA), a qual inclui a facturação dos portes de correio - CTT, são demonstrativos da dinâmica e desempenho deste serviço.

SERVIÇO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (SAF)

O SAF é o órgão responsável pelo tratamento de toda a informação financeira da Federação, querendo posicionar-se cada vez mais como um apoio fundamental na tomada de decisão dos Órgãos Directivos.

O ano de 2010 foi um ano de grandes desafios para o SAF, nomeadamente com a implementação do novo Sistema Normativo Contabilístico (SNC). O SNC é antes de mais uma mudança de mentalidades na área contabilística, muito mais que uma simples mudança de metodologia. Reflexo desta mudança é o Anexo às Demonstrações Financeiras, agora muito mais perceptível e com informação mais detalhada.

Como em qualquer mudança desta grandeza, o esforço exigido para todos é enorme. Contudo a FENACAM e o SAF em particular ultrapassaram, com êxito, esta mudança e adoptaram, rapidamente, a nova filosofia.

Esta não foi, todavia, a única mudança. Em 2010 o SAF mudou de responsável pelo serviço. Também aqui, face ao excelente trabalho desenvolvido anteriormente, a mudança foi feita sem sobressaltos.

Apesar do descrito acima, as grandes atribuições do SAF mantêm-se inalteradas, tendo como áreas chave de actuação as abaixo descritas:

- Informação e Análise Financeira – elaboração das demonstrações financeiras mensais, análise financeira das diversas componentes de Rendimentos e Gastos, elaboração dos mapas para a informação consolidada do Grupo Crédito Agrícola;
- Contabilidade – reconhecimento e enquadramento de toda a informação financeira nas contas;
- Área Fiscal – análise dos impactos fiscais na actividade da Federação, apuramento dos montantes de impostos a pagar, contactos com os órgãos oficiais nas áreas dos impostos e contribuições;
- Tesouraria – registo dos pagamentos a efectuar, processamento dos pagamentos, elaboração de mapas de tesouraria, controlo das contas bancárias da Federação, rentabilização dos fundos disponíveis;
- Recursos Humanos – processamento de vencimentos, manutenção dos registos referentes ao pessoal, acompanhamento da legislação laboral, gestão do processo de Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho;
- Apoio Logístico à actividade da Federação - correio, manutenção do edifício e dos sistemas informáticos, arquivo, entre outros.

Como se pode depreender a actuação do SAF é vasta, abrangendo diversas temáticas. Espera o Serviço continuar a manter uma qualidade de actuação cada vez mais elevada, sempre numa perspectiva de melhoria continua.

Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal do SAF é composto por seis colaboradores que asseguram o desenvolvimento de todo o trabalho atrás referido, distribuídos do seguinte modo:

- 1 Chefe de Serviço;
- 3 Colaboradores – Tesouraria, Contabilidade, Recursos Humanos, Manutenção e Arquivo;
- 2 Colaboradores – Apoio logístico à Direcção e aos Serviços da Sede.

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

No âmbito da sua actividade, a Federação participou nalguns encontros de organizações de cúpula do crédito cooperativo internacional:

✓ **Reunião do Comité Central da CICA - Confederação Internacional do Crédito Agrícola** (Minsk, 29 de Abril de 2010)

A CICA é uma associação, sem fins lucrativos, de bancos cooperativos e outras entidades interessadas e envolvidas em processos de financiamento rural em todo o mundo.

A agenda desta reunião centrou-se essencialmente em três pontos:

- Apresentação das actividades realizadas em 2009 e aprovação do orçamento para 2010;
- Ponto da situação da organização dos próximos eventos;
- Novas admissões na composição do Comité Central.

Para além disto, houve ainda oportunidade de assistir a uma apresentação do sistema bancário na Bielorrússia e dos bancos cooperativos locais – BELAGROPROMBANK.

O BELAGROPROMBANK é um banco comercial universal, participado em 99% pelo Estado Bielorusso. Possui cerca de 33.000 associados e 1,5 milhões de clientes a retalho, distribuídos por 7 bancos regionais, 74 bancos locais e 192 balcões. Com grande experiência do sector Agrícola, o programa de desenvolvimento do BELAGROPROMBANK assenta sobretudo na expansão da banca de retalho, no desenvolvimento da cooperação internacional, na melhoria dos sistemas internos de controlo e no *upgrade* da plataforma informática.

A dimensão histórica, económica e geopolítica, o sector agrícola e o desenvolvimento do agro-turismo daquele país, com cerca de 10 milhões de habitantes e marcado por uma forte proximidade com a Rússia, constituíram matéria de outras apresentações e discussões.

✓ **XII Assembleia geral da IRU – União Internacional de Raiffeisen** (Paris, 01 de Outubro de 2010)

A IRU é uma associação internacional de organizações cooperativas de carácter nacional originalmente baseadas nas ideias e nos princípios de Frédéric-Guillaume Raiffeisen, fundador do movimento cooperativo de tipo reformador social que viria mais tarde a designar-se por Sistema de Crédito Agrícola Mútuo.

Esta organização autodefine-se como plataforma para o intercâmbio de reflexões e experiências entre os seus sócios. Para tal, promove a discussão de temáticas fundamentais para as cooperativas, a publicação de uma revista com alguma regularidade, o apoio a eventos cooperativos, a participação em conferências internacionais e a realização de seminários. Actualmente, a IRU conta com 63 entidades sócias oriundas de 36 países, em que aproximadamente 56% provém do sector bancário cooperativo, 17% tem orientação agrícola, sendo o resto confederações, seguros e institutos de formação.

Na Assembleia foi feito um exaustivo relato das actividades desenvolvidas pela IRU nos últimos seis anos, tendo também sido feita uma apresentação do grupo bancário francês CREDIT MUTUEL, anfitrião do evento, e do seu posicionamento estratégico, a saber:

(milhões de euros)	
Total do balanço	579.038
Capitais próprios do Grupo	30.619
Total de depósitos	543.766
Total de crédito	304.153
Produto bancário líquido	13.573
Resultado líquido do Grupo *	1.831

* 440 milhões em 2008

A Federação Turca de Cooperativas Agrícolas também fez uma breve apresentação da sua actividade, tendo-se constatado com interesse que as cooperativas turcas estão muito próximas das raízes Raiffeisen e que trabalham, tal como o fizeram no seu início o Credit Mutuel ou a organização Raiffeisen alemã, com actividades financeiras e agrícolas mistas.

Ainda houve um momento para a apresentação da organização indiana “Indian Co-operative Network for Women”, que tem conseguido desenvolver um excelente trabalho cooperativo, realizado em benefício das mulheres pobres, através de programas especiais de financiamento e de formação profissional.

Do resultado das intervenções ficou bem patente o sentimento claro e inequívoco dos seus associados de que, apesar do desenvolvimento operado nos últimos anos e da turbulência da crise económica mundial, os valores nos quais o cooperativismo se baseia continuam tão válidos como sempre. Efectivamente, as cooperativas têm demonstrado a sua importância como baluarte de estabilidade e sustentabilidade, garantindo um desenvolvimento económico são. É também um facto que as cooperativas têm superado a crise económica melhor que outras organizações, na medida em que a sua estratégia é orientada de forma sustentável em proporcionar o bem-estar de sócios e clientes. É um modelo de êxito que convém preservar, não deixando, contudo, de o adaptar às cada vez mais aceleradas e exigentes necessidades dos mercados.

Foi ainda eleita uma nova Comissão Directiva para a CICA, com Giorgio Clementi, Vice-presidente da FEDERCASSE (Itália) a liderar o Executivo.

✓ **9º Encontro da OCPLP – Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa** (Porto Alegre, 6 de Outubro de 2010)

Esta associação, actualmente com 121 organizações membro, de âmbito internacional e sem fins lucrativos, tem por objectivo o estreitamento das relações entre os movimentos dos países lusófonos, o intercâmbio e a partilha de experiências, a promoção de projectos económicos e sociais e *joint ventures* para o desenvolvimento cooperativo, bem como acções de *lobbying* junto dos governos, entidades públicas e privadas, visando a divulgação e a defesa de pontos de vista comuns.

A agenda do encontro foi a seguinte:

1. Situação da Organização;
2. Debate e aprovação dos Relatórios e contas de 2008 e 2009;
3. Admissão de novos membros;
4. Debate e aprovação da proposta de novos estatutos;
5. Eleições para os novos corpos gerentes, ou, no caso da proposta da nova estrutura orgânica não ser aprovada, eleição para o Conselho Internacional;
6. Plano de Actividades 2011 e 2012;
7. Outros assuntos;
8. Local do próximo encontro.

Destaque para a alteração da composição do elenco dos órgãos estatutários, passando para a tipologia Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal. A FENACAM decidiu manter a sua associação de pleno direito na OCPLP, tendo sido eleita como Vogal do Conselho Fiscal.

Os congéneres brasileiros da OCERGS (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul), promotores e representantes do cooperativismo no Rio Grande do Sul, ofereceram a cada país a frequência de um curso especial de um mês na Escola de Cooperativismo brasileira ESCOOP, a primeira Universidade cooperativa do Brasil, a dois participantes por país, curso esse que inclui uma parte prática de visitas aos ramos cooperativos brasileiros. O objectivo desta interessante iniciativa é dos formandos serem multiplicadores da formação recebida quando regressarem aos seus países de origem.

Falou-se ainda sobre consultoria nos domínios da legislação e gestão, sobre projectos de cooperação nos domínios do arroz, no Congo, do grão e da saúde, e das cooperativas de alfabetização de adultos brasileiras, cujo *know how* poderá ser exportável para África e Timor.

✓ **40ª Assembleia geral da CICA e 3º Congresso Mundial sobre Financiamento Agrícola e Rural** (Marraquexe, 28-30 de Outubro de 2010)

No âmbito da Assembleia, o relatório das actividades desenvolvidas em 2009 e a aprovação dos orçamentos para 2010 e 2011 foram os assuntos do dia, fechando a agenda a eleição do Comité Central. Jean-Marie Sander, que sucedeu a René Carron na presidência do Credit Agricole SA, foi eleito o novo Presidente da CICA.

Relativamente ao congresso, uma iniciativa conjunta da CICA, este ano, em colaboração com o Credit Agricole de Marrocos e a NENARACA (associação de instituições de crédito e agências da região do Médio Oriente e Norte de África, que lidam directa ou indirectamente com o desenvolvimento e operações de crédito agrícola), resumem-se os quatro painéis temáticos:

1. Introdução ao financiamento agrícola e rural - a cadeia de valor e operações financiadas na região pelo IFAD (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola);
2. Riscos na agricultura - *case studies* e o impacto da legislação bancária nos bancos agrícolas;
3. Novos métodos de financiamento e práticas inovadoras;
4. Alterações climáticas – que implicações para a agricultura?

Em 2010 a FENACAM também acolheu a visita de duas comitivas, representando estes intercâmbios valiosas ferramentas de partilha de experiências, servindo também para aproximar as organizações envolvidas, com potencialidades de estabelecimento de parcerias e cooperação técnica.

○ **17 de Maio – Delegação do SICREDI da Região dos Vales** (Brasil)

Satisfeitos com as informações prestadas sobre o trabalho que o Crédito Agrícola português tem vindo a desenvolver, esta Cooperativa integrante do SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo), actua em 18 municípios da Região dos Vales do Estado do Rio Grande do Sul, localizado a cerca de 150 km da capital de Porto Alegre, tendo a seguinte participação de mercado:

População total dos municípios da Região do Vales (nº habitantes)	110.000
Associados da cooperativa (nº)	32.500
Participação depósitos totais	35%
Participação empréstimos totais	40%

○ **27-29 de Setembro – Delegação de Bancos Cooperativos italianos (Itália)**

A relação da FENACAM com os nossos congéneres italianos tem sido nos últimos anos particularmente especial e próxima.

Desta vez, foi proporcionada uma visita de estudo ao Crédito Agrícola a uma comitiva de 13 elementos, constituída sobretudo por quadros técnicos superiores de bancos cooperativos de toda a Itália. A visita foi estruturada por quatro sessões:

I - Visita à FENACAM - As actividades na nossa Federação e apresentação geral do Grupo CA (história, organização e os diferentes papéis das várias entidades do Grupo);

II – Visita à CCAM de Mafra – Estrutura, organização, relacionamento com os clientes, planeamento estratégico, posicionamento de mercado, mecanismos de controlo interno, gestão de riscos, *compliance*, entre outros;

III – Visita à Caixa Central – As características, o posicionamento e a oferta de produtos do CA, gestão financeira e de tesouraria do Grupo CA e Responsabilidade social;

IV – Apresentação das empresas seguradoras do Grupo – CA Vida e CA Seguros.

Quotizações pagas em 2010 para Associações internacionais

Entidade	Valor
AEBC (Associação Europeia de Bancos Cooperativos)	€ 12.721,50
CICA (Confederação Internacional do Crédito Agrícola)	€ 3.500,00
IRU (União Internacional de Raiffeisen)	€ 540,00
OCPLP (Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa)	€ 250,00
TOTAL	€ 17.011,50

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações detidas pela FENACAM à data de **31/12/2010** são as seguintes:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS							
Entidade	Acções	Valor	Valor Unit.	% Capital	Valor	Ajustamento	Valor
	Nº	Nominal (€)	Aquisição (€)	Detido	Total (€)	Existente (€)	Líquido (€)
CONFAGRI	2.800	5,00	5,00	15,76%	14.000,00	0,00	14.000,00
SUCRAL	12.254	25,00	26,91	8,94%	329.742,38	(60.645,17)	269.097,21
MAP	65.051	5,00	5,96	5,42%	201.923,36	0,00	201.923,36
ADRAL	400	4,99	4,99	0,40%	1.996,00	0,00	1.996,00
HORTOBELI	600	24,94	24,94	10,00%	14.963,94	(14.963,94)	0,00
					562.625,68	(75.609,11)	487.016,57

CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

Tem como objecto principal contribuir, por si ou em associação com outras entidades nacionais e internacionais, para o crescimento e desenvolvimento equilibrado e eficaz do sector cooperativo em Portugal, especialmente da agricultura. Agrupa estruturas cooperativas do ramo agrícola e do sub-ramo do crédito agrícola mútuo, bem como de outros ramos do sector cooperativo.

A FENACAM tem representação na Assembleia Geral da CONFAGRI através de 40 Delegados (Órgãos Sociais da Federação, diversas CCAM representativas das principais zonas geográficas do país e 3 personalidades de honra do CA). A Federação tem ainda participação efectiva em todos os Órgãos Sociais da Confederação, detendo a Vice-Presidência da Direcção e as Presidências da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal.

MAP – Mercado Abastecedor do Porto, S.A.

Esta sociedade é uma destacada plataforma comercial grossista contribuindo para o desenvolvimento da economia local. A Federação integra o Conselho Fiscal desta participada.

SUCRAL – Sociedade Industrial de Açúcar, S.A.

Empresa criada em 1986 pela RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. em parceria com o IPE – Investimentos e Participações do Estado, S.A., com a finalidade de proceder ao estudo de viabilidade de utilização da quota de açúcar de beterraba atribuída a Portugal Continental pela Comunidade Europeia.

Não obstante o seu objecto ser a produção industrial e a comercialização de açúcar e produtos derivados, actualmente a sua actividade resume-se à administração da participação social que detém junto da DAI – Sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial, S.A., a qual se dedica à produção de açúcar.

ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.

Com 10 anos de existência, a ADRAL é uma estrutura regional onde participam actualmente 68 parceiros/accionistas públicos e privados, com experiência relevante em todos os sectores de actividade económica, empresarial, social, de investigação e desenvolvimento, sendo profundos conhecedores da realidade regional alentejana. Uma das suas principais tarefas é a cooperação com todos os actores locais, promovendo iniciativas comuns e projectos conjuntos, visando a promoção, divulgação e desenvolvimento do Alentejo.

A FENACAM integra o Conselho de Administração desta sociedade.

HORTOBELI – Sociedade Hortoflorifruticultura do Mercado de Origem da Beira Litoral, S.A.

A FENACAM detém 10% desta sociedade que, apesar de não ter sido encerrada, não apresenta qualquer movimento desde a inscrição inicial (ainda provisória) em 1989, razão pela qual se encontra ajustada pela totalidade desde 2001.

RESULTADOS E EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS

Euros

	2008	2009	2010
Resultados Operacionais	307.884,95	500.371,93	636.757,43
Resultados Financeiros	(126.159,86)	(67.193,07)	(2.542,88)
RESULTADO LÍQUIDO	108.231,21	309.436,86	524.700,64

A Federação encerrou o exercício de **2010** com um **Resultado Líquido positivo** de **€ 524.700,64**.

Da análise dos resultados por natureza, pode constatar-se que a FENACAM apresentou uma subida dos Resultados Operacionais, mesmo tendo em conta uma quebra nas Vendas e Prestações de Serviços, derivado do valor de cerca de 800.000,00 euros da mais valia contabilística da venda da sede da Pascoal Melo.

Os Resultados Financeiros, apesar de negativos, evidenciam uma descida relevante dos custos financeiros, consequência da liquidação antecipada do empréstimo referente à aquisição da antiga sede.

Com vista a permitir uma melhor apreciação das demonstrações financeiras, apresentam-se de seguida algumas notas explicativas às principais rubricas:

Rendimentos

Vendas

Esta rubrica reflecte as vendas da área de Aprovisionamento do SPDA às CCAM e Empresas do Grupo e apresentou uma subida de 3% em relação a 2009, superando em 20% o orçamentado. A sua evolução é a que se pode observar no quadro seguinte:

Euros

Evolução do Resultado Bruto das Vendas						
	2008	% □ _{07/06}	2009	% □ _{08/07}	2010	% □ _{09/08}
Vendas	3.007.133,09	+9%	3.087.274,29	+3%	3.178.202,11	+3%
Custo Mercadorias	(2.263.836,01)	+13%	(2.352.036,00)	+4%	(2.422.123,75)	+3%
Resultado Bruto	743.297,08	-1%	735.238,29	-1%	756.078,36	+3%
% Margem Bruta	25%		24%		24%	

Prestações de Serviços

O valor global desta rubrica apresentou uma quebra de cerca de 12% face ao realizado em 2009 e de 1% em relação ao orçamentado, com o seguinte detalhe:

Euros

Evolução das Prestações de Serviços – SATA						
	2008	% □ 07/06	2009	% □ 08/07	2010	% □ 09/08
Avaliações	619.481,00	+5%	688.486,34	+11%	582.672,66	-15%
Assistência Técnica CCAM	56.800,85	-10%	36.661,80	-36%	7.482,00	-80%
Projectos	9.960,50	+100%	14.436,00	+45%	5.436,50	-62%
Certificação Energética	N.A.		655,00.	+100%	6.400,00	+877%
TOTAL	686.242,35	+ 5%	740.239,14	+8%	601.991,16	-19%

Relativamente às **Avaliações Imobiliárias** verificou-se um decréscimo de 15% face a 2009 e de 10% em relação ao orçamentado. Esta quebra deve-se à crise sentida no sector imobiliário e na concessão de Crédito à Habitação.

No que diz respeito à **Assistência Técnica às CCAM**, assistiu-se a uma nova redução de cerca de -80% em relação ao ano transacto e -75% do que o previsto, seguindo a tendência dos últimos anos.

Os proveitos relativos à **Certificação Energética** resultam do protocolo estabelecido com entidade reconhecida para o efeito.

Euros

Evolução das Prestações de Serviços – SPDA						
	2008	% □ 07/06	2009	% □ 08/07	2010	% □ 09/08
Protocolos SPDA	107.712,35	+2%	125.225,45	+16%	129.913,32	+4%
CPD	2.353.149,46	+9%	2.808.868,11	+19%	2.627.828,98	-6%
Gestão Cheques CA	260.322,76	-1%	248.165,13	-5%	115.875,95*	-53%
TOTAL	2.721.184,57	+7%	3.182.258,69	17%	2.873.618,25	-10%

* O valor da Gestão de Cheques em 2010 diz respeito unicamente ao 1.º semestre de 2010, passando posteriormente este serviço a ser facturado directamente às CCAM, passando para a rubrica de Vendas no quadro da página 27.

O valor dos proveitos resultantes dos **Protocolos SPDA**, serviço prestado às CCAM, beneficiando de acordos com diversos fornecedores a nível de assistência a equipamentos e destruição de documentos, apresentou um crescimento de 4% relativamente a 2009 e de 53% face ao orçamentado.

Os proveitos afectos ao **Centro de Produção Documental (CPD)**, apresentaram uma quebra de 6,4% face ao ano anterior porém 4,3% acima do orçamentado.

Subsídios à Exploração

Euros

Evolução dos Subsídios à Exploração – FGCAM									
	2008			2009			2010		
	Nº	Valor	% □ _{07/06}	Nº	Valor	% □ _{08/07}	Nº	Valor	% □ _{09/08}
Auditorias Solicitadas	20	250.000	-13%	20	250.000	0%	20	250.000	0%
Auditorias Realizadas	20			20			20		

O montante desta rubrica diz respeito ao subsídio recebido do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM) para realização de auditorias às CCAM. O seu valor varia de acordo com o número de auditorias solicitadas e consideradas efectuadas à data do cálculo do respectivo pagamento no final de cada ano.

Face à alteração do critério de reconhecimento das auditorias consideradas realizadas por parte do Fundo desde 2005, tem sido dada especial atenção à data de conclusão dos relatórios solicitados por este organismo, tendo sido entregues até 31/12/2010 todas as auditorias pedidas.

Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica contém os seguintes rendimentos e ganhos:

- Quotização Estatutária – 1.317.476,68 euros;
- Mais Valias Contabilísticas pela alienação de Activos Fixos Tangíveis – 797.845,47;
- Diminuição das responsabilidades actuariais do Fundo de Pensões – 101.704,00;

A quotização anual devida pelas CCAM associadas, conforme redacção actual da alínea b) do Art. 9º dos Estatutos, foi a seguinte:

- Fixa – €2.500,00;
- Variável – percentagem, definida anualmente, sobre o activo líquido das CCAM, e que no ano de 2010 correspondeu a 0,01010%.

Euros

Evolução da Quotização Estatutária									
	2008			2009			2010		
	Nº CCAM Associadas	Valor	% □ _{07/06}	Nº CCAM Associadas	Valor	% □ _{08/07}	Nº CCAM Associadas	Valor	% □ _{09/08}
Quotização Fixa		241.058,74	-6%		221.945,21	-8%		213.561,64	-4%
Quotização Variável	91	1.378.357,12	+19%	87	1.469.462,66	+7%	84	1.103.915,04	-25%
Total		1.619.415,86	+14%		1.691.407,87	+4%		1.317.476,68	-22%

Nota: nos casos de Fusão a quota fixa é reduzida proporcionalmente, conforme data da escritura.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Esta rubrica apresentou uma diminuição de 51,9% face a 2009 e de 81% relativamente ao orçamentado, devido a diminuição das taxas de juro.

Gastos

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)

Esta rubrica pode dividir-se do seguinte modo:

Euros			
CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas			
	2008	2009	2010
Consumo de Mercadorias			
Aprovisionamento	2.263.836,01	2.352.036,00	2.422.123,75
<i>% Vendas</i>	<i>75%</i>	<i>76%</i>	<i>76%</i>
Consumo de Matérias Primas			
CPD – Centro Produção Documental	197.922,65	244.722,50	223.260,02
<i>% Proveitos CPD</i>	<i>8%</i>	<i>9%</i>	<i>9%</i>
TOTAL	2.461.758,66	2.596.758,50	2.645.383,77

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Esta rubrica apresentou uma quebra de cerca de 9% relativamente a 2009, porem sofreu um acréscimo de 7% face ao orçamentado.

A diminuição verificada está relacionada com:

- A rubrica de comissões que em 2009 ascendeu a 106.000, relativa à venda do Edifício da Pascoal de Melo, em 2010 não houve gastos nesta rubrica;
- A rubrica de Honorários sofreu também uma diminuição significativa, na casa dos 35.000 euros, fruto de trabalhos específicos que tinham sido efectuados em 2009;
- A rubrica de Limpeza, Higiene e Conforto sofreu uma quebra de aproximadamente 20.000,00 euros, reflectindo a mudança de Sede, com custos menos significativos nessa área.

Da análise à estrutura de FSE constata-se que em 2010 as rubricas com maior expressão são, por esta ordem, Trabalhos Especializados (60%), Deslocações e Estadas (13%), Conservação e Reparação de Viaturas, Equipamentos e Instalações (5%) e Comunicações (5%).

Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal sofreram um aumento de 4% face ao ano anterior, tendo em conta a actualização do ACT e a normal progressão de carreiras.

Outros Gastos e Perdas

Nesta rubrica estão registadas os seguintes valores mais significativos:

- Quotizações pagas a outras entidades nacionais (CONFAGRI) e internacionais (IRU, CICA, OCPLP e AEBC) a que a Federação se encontra associada – 17.875,27 euros;
- Quebras de inventários face à destruição de obsoletos – 45.256,57 euros;
- Gastos relacionados com o fundo de pensões – 34.749 euros.

Gastos/Reversões Depreciação e Amortização

As amortizações do exercício foram efectuadas respeitando as taxas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, não tendo sido efectuadas quaisquer amortizações extraordinárias.

Relativamente às viaturas foi utilizada uma taxa inferior (20%) à taxa máxima do decreto (25%), atendendo ao período instituído de utilização (5 anos).

Juros e Gastos Similares Suportados

Nesta rubrica fez-se sentir a amortização do empréstimo referente à antiga sede, reduzindo drasticamente o valor dos juros pagos, com uma diminuição na ordem dos 90%.

Imposto Estimado

O imposto sobre o rendimento do exercício foi estimado de acordo com o Código do IRC e o Estatuto Fiscal Cooperativo.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De harmonia com as percentagens definidas no Art.º 39 dos Estatutos da FENACAM, propõe-se que o **Resultado Líquido positivo** do exercício de **2010**, no montante de **€524.700,64 (quinhentos e vinte e quatro mil, setecentos euros e sessenta e quatro cêntimos)** seja aplicado da seguinte forma:

		Euros
Proposta de Aplicação de Resultados 2009		
Reservas Legais	20%	104.940,13
Reservas Educação e Formação Cooperativa	5%	26.235,03
Transferência para Resultados Transitados		393.525,48
		524.700,64

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as entidades que conosco colaboraram, especialmente às Caixas Agrícolas nossas associadas e também à Caixa Central e Empresas do Grupo CA.

Agradecemos ainda aos Colaboradores da Federação o empenho e a lealdade no cumprimento das suas funções.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2011

A DIRECÇÃO

Presidente

Francisco João Bernardino da Silva
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Azambuja

Vice-Presidente

Arnaldo Filipe Rodrigues dos Santos
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ribatejo Norte

Secretário

António Germano Fernandes de Sá e Abreu
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave

Tesoureiro

César da Silva Ferreira
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vagos

Vogal

João Batista Moreira Peres
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Aguieira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Balanço

	Nota	31 de Dezembro	
		2010	2009
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	3.344.412	4.895.993
Propriedades de investimento	6	733	733
Activos intangíveis	7	13.078	4.842
Participações financeiras - outros métodos	8	487.017	487.017
Activos por impostos diferidos	9	160.248	156.423
		4.005.487	5.545.008
Corrente			
Inventários	10	218.770	211.675
Clientes	11	1.591.814	1.621.237
Adiantamentos a fornecedores		322	38
Estado e outros entes públicos	12	-	-
Outras contas a receber	13	22.515	8.026
Diferimentos	14	67.200	39.302
Caixa e depósitos bancários	4	613.839	1.913.641
		2.514.459	3.793.918
Total do activo		6.519.947	9.338.926
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	15	496.060	496.060
Reservas legais	16	1.046.030	984.143
Outras reservas	16	915.948	900.477
Resultados transitados	16	852.189	572.238
		3.310.228	2.952.918
Resultado líquido do período		524.701	309.437
Total do capital próprio		3.834.929	3.262.355
Passivo			
Não corrente			
Provisões	17	339.714	324.491
Financiamentos obtidos	18	234.098	245.098
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	67.219	191.834
Passivos por impostos diferidos	9	12.880	-
		653.911	761.423
Corrente			
Fornecedores	21	1.380.001	1.498.876
Estado e outros entes públicos	12	172.494	301.041
Financiamento obtidos	18	88.280	128.170
Outras contas a pagar	20	390.333	3.387.061
Diferimentos	14	-	-
		2.031.108	5.315.148
Total do passivo		2.685.019	6.076.571
Total do capital próprio e do passivo		6.519.947	9.338.926

Demonstração dos resultados por naturezas

	Nota	Exercício	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	22	6.653.812	7.036.007
Subsídios à exploração	23	250.000	250.000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(2.645.384)	(2.596.759)
Fornecimentos e serviços externos	24	(2.147.017)	(2.347.711)
Gastos com o pessoal	25	(3.248.577)	(3.126.468)
Provisões (aumentos/ reduções)	17	(15.223)	(6.603)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	-	(193)
Ganhos/Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	28	-	16.263
Outros rendimentos e ganhos	26	2.228.086	1.695.303
Outros gastos e perdas	27	(109.820)	(36.655)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		965.876	883.185
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5, 7	(329.119)	(382.805)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/ reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		636.757	500.379
Juros e rendimentos similares obtidos	28	3.717	7.722
Juros e gastos similares suportados	28	(6.260)	(74.922)
Resultados antes de impostos		634.214	433.179
Imposto sobre o rendimento do período	29	(109.514)	(123.742)
Resultado líquido do exercício		524.701	309.437

Demonstração das alterações no capital próprio

	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2009	496.060	962.497	895.065	704.954		108.231	3.166.807
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contábilístico							-
Alterações políticas contábilísticas				(285.063)			(285.063)
Ajustamentos por impostos diferidos				71.174			71.174
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		21.646	5.412	81.173		(108.231)	-
	-	21.646	5.412	(132.716)	-	(108.231)	(213.889)
Resultado líquido do período						309.437	309.437
Resultado integral	496.060	984.143	900.477	572.238	-	309.437	3.262.355
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital	200						200
Entradas para cobertura de perdas							-
Outras operações	(200)						(200)
	-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2009	496.060	984.143	900.477	572.238	-	309.437	3.262.355
Alterações no período							
Alterações políticas contábilísticas							-
Ajustamentos por impostos diferidos				(12.880)			(12.880)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		61.887	15.472	292.831		(309.437)	60.753
	-	61.887	15.472	279.951	-	(309.437)	47.873
Resultado líquido do período						524.701	524.701
Resultado integral	496.060	1.046.030	915.949	852.188	-	524.701	3.834.928
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital	140						
Entradas para cobertura de perdas							-
Outras operações	(140)						
	-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2010	496.060	1.046.030	915.949	852.188	-	524.701	3.834.928

Demonstração de fluxos de caixa

	Exercício findo em 31 de Dezembro	
	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	11.527.802	12.223.197
Pagamentos a fornecedores	(9.422.026)	(9.684.016)
Pagamentos ao pessoal	(2.589.597)	(2.512.741)
Caixa gerada pelas operações	(483.822)	26.440
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(60.967)	(121.285)
Outros recebimentos/ pagamentos	363.347	1.064.966
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	(181.441)	970.121
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(966.421)	(1.565.463)
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	8.381	2.950.000
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	2.530	5.299
Dividendos	-	16.263
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(955.510)	1.406.099
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	140	200
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(156.600)	(965.356)
Juros e gastos e similares	(6.250)	(90.021)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	(140)	(200)
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(162.850)	(1.055.377)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1.299.802)	1.320.844
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.913.641	592.797
Caixa e seus equivalentes no fim do período	613.839	1.913.641

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Introdução

A FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL (referida neste documento como “FENACAM” ou “Federação”), com sede no Edifício Sagres – Piso 7, no Prior Velho, encontra-se registada na conservatória do registo comercial de Lisboa sob o nº 500 831 732, tendo sido constituída em 29 de Novembro de 1978 por um grupo inicial de cerca de 25 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM). Actualmente são associadas da FENACAM uma larga maioria das CCAM existentes.

O objecto social consiste, de forma resumida: (i) na promoção do desenvolvimento das associadas por todos os meios ao seu alcance, realizando e coordenando as actividades de comum interesse; (ii) velar pela obediência aos princípios e à especificidade do sistema cooperativo do Crédito Agrícola Mútuo; (iii) promoção do apoio técnico e formativo às Caixas Agrícolas; (iv) divulgação e publicitação do Crédito Agrícola Mútuo; (v) representação das Caixas Agrícolas e defesa dos seus interesses comuns junto de todas as entidades públicas, privadas e cooperativas com competência, fins ou actividades conexas com o Crédito Agrícola Mútuo; (vi) organização e manutenção em funcionamento de um serviço de auditoria às Caixas Agrícolas, nos termos da legislação vigente; e (vii) celebrar convenções colectivas de trabalho em representação das Caixas Agrícolas suas associadas e da Caixa Central.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção, na reunião de 18 de Fevereiro de 2011. É opinião da Direcção que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da FENACAM, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras constituem as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela FENACAM de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) – emitidas e em vigor ou emitidas e adoptadas antecipadamente à data de 31 de Dezembro de 2010 – e de acordo com a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, tendo a Sociedade preparado o seu balanço de abertura na data de transição a 1 de Janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras da Sociedade até 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade “POC” e Directrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística “DC”).

No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas para o SNC, a Direcção alterou alguns dos critérios de contabilização e valorização aplicados nas demonstrações financeiras de 2010, de modo a que os mesmos se apresentem em conformidade com as “NCRF”. Desta forma, os valores comparativos relativos ao exercício de 2009 foram re-expressos para reflectir estes ajustamentos. A reconciliação e descrição dos impactos da transição do normativo anterior para as “SNC” no Capital próprio, Resultado do exercício e Fluxos de caixa são apresentados na Nota 2.4.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela FENACAM, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direcção e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na *Nota 3.21*.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF

A FENACAM adoptou as NCRF, emitidas e em vigor ou emitidas e adoptadas antecipadamente à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os períodos apresentados.

A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, e a FENACAM preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

Reconciliação dos ajustamentos de transição para as NCRF

Em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF não teve qualquer impacto nos capitais próprios.

As alterações à demonstração dos fluxos de caixa não foram consideradas significativas para divulgação.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

(i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da FENACAM e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

(ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na

demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

(iii) Cotações utilizadas

Não existiram transacções e/ou saldos expressos em moeda estrangeira para os exercícios apresentados.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para SNC, e os custos de aquisição para activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte custo de construção do activo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo ou reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de activos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 2 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 8 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos
Taras e vasilhame	7 anos
Outras activos tangíveis	Entre 4 e 10 anos

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objectivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas de acordo com o modelo de custo depreciado, o qual é aplicado a todos os activos classificados como propriedades de investimento.

Justo valor

De acordo com os normativos contabilísticos adoptados, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas demonstrações financeiras completas.

O justo valor dos outros terrenos e exercícios são determinados com base em avaliações efectuadas por avaliadores externos tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

3.4. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente reflectem, em geral os benefícios económicos futuros esperados e compreendem:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

A FENACAM valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Activos intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

3.5. Imparidade de activos

Os activos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Activos financeiros

A Direcção determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/ mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A FENACAM classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros que (i) em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A FENACAM classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A FENACAM avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se aos produtos comercializados pela FENACAM, objecto de parte da sua actividade económica.

São reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

3.8. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de clientes e outras contas a receber constituem direitos a receber pela prestação de serviços ou vendas no decurso normal do negócio da FENACAM. Estes direitos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 12 meses.

3.10. Capital social

O Capital social da FENACAM é representado por 99.212 títulos de capital cominativos de 5 euros.

3.11. Passivos financeiros

A Direcção determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A FENACAM classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem

como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquidos de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subseqüentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a FENACAM possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor, ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: (i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou (ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.14. Benefícios aos empregados

A FENACAM concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência, e assegura aos seus empregados e pensionistas um plano de assistência médica, pós-emprego (doravante designado de plano de pensões). Adicionalmente, assegura aos seus empregados que completem 15,25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade.

➤ Plano de Pensões da FENACAM

Os complementos de reforma, sobrevivência e cuidados de saúde atribuídos aos empregados, constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído, para o qual são

transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, são estimadas anualmente por actuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projectada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de "rating" elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma e saúde, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos activos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

➤ **Plano de Prémios de Antiguidade da FENACAM**

As responsabilidades assumidas referentes aos prémios de antiguidade constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades com o plano de prémios de antiguidade são idênticos ao referido para o benefício de complementos de reforma e saúde apresentado acima, excepto no que se refere aos activos do plano.

Reconhecimento dos desvios actuariais

Os desvios actuariais resultam de ajustamentos de experiência e alterações nos pressupostos actuariais.

A FENACAM reconhece todos os ganhos e perdas actuariais apurados, de todos os planos em vigor, directamente nos resultados do exercício.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: (i) uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a FENACAM divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.16. Subsídios

A FENACAM reconhece os subsídios do Governo, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados. Adicionalmente e uma vez que os subsídios atribuídos à entidade não traduzem um aumento do capital próprio absoluto, já que os mesmos são sujeitos a tributação, a quantia contratualizada com a entidade gera um aumento do capital próprio e a necessidade de reconhecimento do efeito fiscal associado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada são descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

3.17. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a FENACAM detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação, quando a FENACAM não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados, durante o período da locação.

3.18. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da actividade da Sociedade. O rédito da prestação de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para a FENACAM; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito é apresentado líquido de quaisquer montantes reais, estimados ou ambos relativos a descontos comerciais, descontos de quantidade e descontos de pré-pagamento. Estes montantes são estimados com base em informações históricas, termos contratuais específicos ou das expectativas futuras relativamente à evolução do rédito, e são deduzidos no momento em que o rédito é reconhecido, mediante a contabilização de passivos e/ou provisões apropriadas. Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

3.20. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a FENACAM tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.21. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da FENACAM são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direcção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.21.1 Provisões

A FENACAM analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.21.2 Pressupostos actuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de actualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os activos e as tabelas de mortalidade.

3.21.3 Activos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direcção para os activos em questão, considerando também as práticas adoptadas pelo mercado.

3.21.4 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da FENACAM, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à FENACAM.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direcção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A FENACAM não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Numerário		
- Caixa	<u>1.750</u>	<u>1.750</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	182.089	181.891
- Depósitos à prazo	430.000	1.730.000
- Outros Depósitos	-	-
	<u>612.089</u>	<u>1.911.891</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Numerário		
- Caixa	<u>1.750</u>	<u>1.750</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	182.089	181.891
- Depósitos à prazo	430.000	1.730.000
- Outros Depósitos	-	-
	<u>612.089</u>	<u>1.911.891</u>
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	<u>613.839</u>	<u>1.913.641</u>

5 Activos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2009

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Taras e vasilhame	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2009									
Custo de aquisição	-	4.301.764	545.609	625.248	293.872	85	6.837	-	5.773.416
Depreciações acumuladas	-	(1.156.786)	(364.501)	(351.872)	(249.374)	(49)	(4.181)	-	(2.126.763)
Valor líquido	-	3.144.979	181.107	273.377	44.499	37	2.656	-	3.646.653
31 de Dezembro de 2009									
Adições	-	15.388	13.368	42.332	8.614	-	420	1.536.377	1.616.500
Alienações	-	-	-	-	(100)	-	-	-	(100)
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(114.180)	(108.380)	(128.053)	(15.582)	(12)	(953)	-	(367.160)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	100	-	-	-	100
Valor líquido	-	3.046.187	86.096	187.656	37.531	24	2.123	1.536.377	4.895.993
31 de Dezembro de 2009									
Custo de aquisição	-	4.317.153	558.977	667.581	302.486	85	7.257	1.536.377	7.389.916
Depreciações acumuladas	-	(1.270.966)	(472.881)	(479.924)	(264.956)	(61)	(5.134)	-	(2.493.922)
Valor líquido	-	3.046.187	86.096	187.656	37.531	24	2.123	1.536.377	4.895.993

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2010

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Taras e vasilhame	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2010									
Custo de aquisição	-	4.317.153	558.977	667.581	302.486	85	7.257	1.536.377	7.389.916
Depreciações acumuladas	-	(1.270.966)	(472.881)	(479.924)	(264.956)	(61)	(5.134)	-	(2.493.922)
Valor líquido	-	3.046.187	86.096	187.656	37.531	24	2.123	1.536.377	4.895.993
31 de Dezembro de 2010									
Adições	-	2.051.516	31.928	90.500	161.547	-	135.074	-	2.470.565
Alienações	-	(3.119.878)	-	(82.746)	(42.074)	-	(2.813)	-	(3.247.510)
Transferências e abates	-	-	-	-	(407)	-	-	-	(407)
Depreciação - exercício	-	(107.213)	(29.254)	(130.477)	(36.819)	(12)	(18.319)	-	(322.094)
Depreciação - alienações	-	960.844	-	83.620	36.855	-	2.612	-	1.083.930
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	312	-	-	(1.536.377)	(1.536.065)
Valor líquido	-	2.831.456	88.770	148.553	156.945	12	118.677	-	7.044.464
31 de Dezembro de 2010									
Custo de aquisição	-	4.209.635	590.905	758.954	458.719	85	142.130	-	6.160.429
Depreciações acumuladas	-	(1.378.179)	(502.136)	(610.401)	(301.775)	(73)	(23.453)	-	(2.816.016)
Valor líquido	-	2.831.456	88.770	148.553	156.945	12	118.677	-	3.344.413

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Activos em Curso" referem-se aos seguintes projectos:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
NOVA SEDE 2010 - Edifício SAGRES - Prior Velho:		
Piso 7º A - Fracção AU	-	755.268
Piso 7º B - Fracção AV	-	437.373
Piso 7º C - Fracção AW	-	332.359
Obras Beneficiação - Arquitecto	-	10.687
Escritura de Aquisição e Despesas Registo	-	690
	<u>-</u>	<u>1.536.377</u>

Os Activos em Curso em 2009 diziam respeito ao Edifício Sagres, actual sede da FENACAM, visto que já era posse da Federação e encontrava-se em obras de remodelação. Em Março de 2010 aquando da mudança de instalações e sede, os Activos em Curso transitaram para Activos Fixos Tangíveis – Edifícios e Outras Construções. Em 2010 não existiram Activos enquadrados nesta rubrica.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor líquido dos activos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é como segue:

Locações financeiras

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Valor bruto	710.570	702.815
Depreciações acumuladas	(536.956)	(477.628)
	<u>173.614</u>	<u>225.188</u>

As depreciações dos activos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Depreciações do exercício" da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

6 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios não afectos à actividade da FENACAM, tendo apresentado a seguinte evolução:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
A 1 de Janeiro		
Valor bruto	16.460	16.460
Depreciações acumuladas	(15.727)	(15.727)
Valor líquido	<u>733</u>	<u>733</u>
Transferências	-	-
Alienações	-	-
Depreciações	-	-
Imparidade	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
A 31 de Dezembro		
Valor bruto	16.460	16.460
Depreciações acumuladas	(15.727)	(15.727)
Valor líquido	<u>733</u>	<u>733</u>

As propriedades de investimento correspondem às instalações da FENACAM localizadas em Vila Real e que se encontram a ser utilizadas pela CCAM do Alto Corgo e Tâmega,

Conforme determinado à data do balanço, os activos classificados como propriedades de investimento, possuem o seguinte justo valor:

Instalações Vila Real 100.000,00 euros.

A avaliação desta propriedade de investimento foi efectuada por entidade externa e de acordo com o método comparativo. A metodologia utilizada para calcular o justo valor foi a descrita na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 11 – Propriedades de Investimento.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe das propriedades de investimento, os rendimentos e gastos operacionais directos associados, tinham a seguinte composição:

	2010		2009	
	Rendas	Gastos Directos	Rendas	Gastos Directos
Instalações CCAM Alto Corgo e Tâmega	-	-	-	-
	-	-	-	-

7 Activos intangíveis

O valor dos intangíveis diz respeito aos softwares adquiridos para suporte das actividades da Empresa. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Software	Total
A 1 de Janeiro de 2009		
Custo de aquisição	113.842	113.842
Imparidade acumulada	-	-
Amortizações acumuladas	(100.264)	(100.264)
Valor líquido	13.577	13.577
Adições	6.910	6.910
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Depreciação - exercício	(15.645)	(15.645)
Depreciação - alienações	-	-
Valor líquido	4.842	4.842
31 de Dezembro de 2009		
Custo de aquisição	120.751	120.751
Imparidade acumulada	-	-
Amortizações acumuladas	(115.909)	(115.909)
Valor líquido	4.842	4.842

	<u>Software</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2010		
Custo de aquisição	120.752,08	120.752
Imparidade acumulada		-
Amortizações acumuladas	(115.909)	(115.909)
Valor líquido	4.843	4.843
Adições	16.134	16.134
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Depreciação - exercício	(7.899)	(7.899)
Depreciação - alienações	-	-
Valor líquido	13.078	13.078
31 de Dezembro de 2010		
Custo de aquisição	136.886	136.886
Imparidade acumulada		-
Amortizações acumuladas	(123.808)	(123.808)
Valor líquido	13.078	13.078

8 Participações financeiras – outros métodos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos, como segue:

	<u>% detida</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
CONFAGRI, CCRL	15,76%	14.000	14.000
SUCRAL, S.A.	8,94%	269.097	269.097
MAP, S.A.	5,42%	201.923	201.923
ADRAL, S.A.	0,40%	1.996	1.996
HORTOBELI, S.A.	10,00%	-	-
Total		487.017	487.017

A **CONFAGRI, CCRL** tem como objecto principal contribuir, por si ou em associação com outras entidades nacionais e internacionais, para o crescimento e desenvolvimento equilibrado e eficaz do sector cooperativo em Portugal, especialmente da agricultura. Agrupa estruturas cooperativas do ramo agrícola e do sub-ramo do crédito agrícola mútuo, bem como de outros ramos do sector cooperativo. Esta participação encontra-se valorizada ao custo, deduzida de eventuais perdas face ao capital próprio apresentado no final de cada exercício, por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

A **SUCRAL S.A.**, empresa criada em 1986 pela RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. em parceria com o IPE – Investimentos e Participações do Estado, S.A., com a finalidade de proceder ao estudo de viabilidade de utilização da quota de açúcar de beterraba atribuída a Portugal Continental pela Comunidade Europeia. Não obstante o seu objecto ser a produção industrial e a comercialização de açúcar e produtos derivados, actualmente a sua actividade resume-se à administração da participação

social que detém junto da DAI – Sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial, S.A., a qual se dedica à produção de açúcar. Esta participação encontra-se valorizada ao custo, deduzida de eventuais perdas face ao capital próprio apresentado no final de cada exercício, por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O **MAP, S.A.** (Mercado Abastecedor do Porto) é uma destacada plataforma comercial grossista contribuindo para o desenvolvimento da economia local. Esta participação encontra-se valorizada ao custo, deduzida de eventuais perdas face ao capital próprio apresentado no final de cada exercício, por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

A **ADRAL, S.A.** tem como objecto social a promoção do desenvolvimento regional do Alentejo e o fortalecimento da sua base económica e produtiva, em cooperação com os demais agentes e entidades da região, do País ou de outros países, nomeadamente dos que integram a União Europeia, cuja actividade concorra para o mesmo fim. A FENACAM integra o Conselho de Administração desta sociedade. Esta participação encontra-se valorizada ao custo, deduzida de eventuais perdas face ao capital próprio apresentado no final de cada exercício, por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Na **HORTOBELI S.A.**, a FENACAM detém 10% do capital social. Esta sociedade apesar de não ter sido encerrada, não apresenta qualquer movimento desde a inscrição inicial (ainda provisória) em 1989, razão pela qual se encontra ajustada pela totalidade desde 2001.

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	CONFAGRI, CCRL	SUCRAL, S.A.	MAP, S.A.	ADRAL, S.A.	HORTOBELI, S.A.	Total
1 de Janeiro de 2009	14.000	269.290	201.923	1.996	-	487.209
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	(193)	-	-	-	(193)
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2009	14.000	269.097	201.923	1.996	-	487.017
1 de Janeiro de 2010	14.000	269.097	201.923	1.996	-	487.017
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	14.000	269.097	201.923	1.996	-	487.017

Em 2010 não se efectuaram ajustes, visto não se ter recebido a informação da maioria das participadas. Face ao histórico de anos anteriores, entendeu-se não efectuar ajustamentos.

9 Activos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Capital próprio		
Imposto diferido	(12.880)	(71.174)
	<u>(12.880)</u>	<u>(71.174)</u>
Demonstração dos resultados		
Imposto diferido	(3.825)	(1.558)
Imposto corrente	113.339	125.300
	<u>109.514</u>	<u>123.742</u>

Impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Activos por impostos diferidos	3.825	(1.558)
Passivos por impostos diferidos	-	-
	<u>3.825</u>	<u>(1.558)</u>
Impactos no capital próprio		
Activos por impostos diferidos	-	(71.174)
Passivos por impostos diferidos	12.880	-
	<u>12.880</u>	<u>(71.174)</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	<u>16.705</u>	<u>(72.732)</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

Activos por impostos diferidos - movimentos do ano

	<u>Provisões</u>	<u>Pensões</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2009	84.241	(550)	83.691
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição/reversão por capital	(1)	71.175	71.174
Reversão por resultados		(192)	(192)
Constituição por resultados	1.750		1.750
Movimento do período	<u>1.749</u>	<u>70.983</u>	<u>72.732</u>
A 31 de Dezembro de 2009	<u>85.990</u>	<u>70.433</u>	<u>156.423</u>

	<u>Provisões</u>	<u>Pensões</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2010	85.990	70.433	156.423
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição/reversão por capital	-	-	-
Reversão por resultados	-	(209)	(209)
Constituição por resultados	4.034	-	4.034
Movimento do período	4.034	(209)	3.825
A 31 de Dezembro de 2010	90.024	70.224	160.248

Passivos por impostos diferidos - movimentos do ano

	<u>Provisões</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2009	-	-
Período findo em 31 de Dezembro		
Constituição/reversão por capital	-	-
Reversão por resultados	-	-
Constituição por resultados	-	-
Movimento do período	-	-
A 31 de Dezembro de 2009	-	-

	<u>Provisões</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2010	-	-
Período findo em 31 de Dezembro		
Constituição/reversão por capital	12.880	12.880
Reversão por resultados	-	-
Constituição por resultados	-	-
Movimento do período	12.880	12.880
A 31 de Dezembro de 2010	12.880	12.880

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Mercadorias	168.138	195.290
Materiais diversos	50.631	16.385
Produtos acabados	-	-
	<u> </u>	<u> </u>
Ajustamentos a inventários		-
	<u> </u>	<u> </u>
Total inventários	<u>218.770</u>	<u>211.675</u>

O custo dos inventários reconhecidos, em 2010, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 2.645.383,77 euros.

11 Clientes

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	<u>2010</u>			<u>2009</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Cientes - grupo i)	1.578.677	-	1.578.677	1.592.063	-	1.592.063
Cientes - outros ii)	13.136	-	13.136	29.174	-	29.174
Cientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
	<u>1.591.814</u>	<u>-</u>	<u> </u>	<u>1.621.237</u>	<u>-</u>	<u>1.621.237</u>
Ajustamento clientes	-	-	1.591.814	-	-	-
Total clientes	<u>1.591.814</u>	<u>-</u>	<u>1.591.814</u>	<u>1.621.237</u>	<u>-</u>	<u>1.621.237</u>

- i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se aos saldos a receber dos clientes Caixas de Crédito (associadas e não associadas) que integram o Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (SICAM). Inclui também os saldos relativos a outros clientes que integram o Grupo Crédito Agrícola mas que não são Caixas de Crédito. Estes saldos decorrem das vendas e prestações de serviços efectuados pela FENACAM. A facturação de um mês é recebida, em regra, até dia 15 do mês seguinte, maioritariamente através de sistema débito directo.
- ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes diversos (inclui Caixas de Crédito Agrícola que não pertencem ao SICAM). Excepto no que respeita às Caixas de Crédito, os saldos resultam, sobretudo, de comissões debitadas pela FENACAM ao abrigo de protocolos. A facturação de um mês é recebida, em regra, até dia 15 do mês seguinte.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos referentes às rubricas do Estado são como segue:

	2010		2009	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC		(51.184)	-	(81.634)
Impostos s/ rendimento - IRS	-	(38.567)	-	(36.281)
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	(32.101)	-	(137.143)
Contribuições p/ segurança social	-	(50.641)	-	(45.984)
Outros impostos	-	-	-	-
		(172.494)	-	(301.041)

Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

	2010	2009
Pagamentos por conta	60.967	39.354
Retenções na fonte	1.187	4.312
Estimativa de IRC	(113.339)	(125.300)
Total	(51.185)	(81.634)

13 Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a decomposição da rubrica de outras contas a receber, é como segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	9.466		9.466	3.144		3.144
Pessoal	13.048		13.048	4.882		4.882
Ajustamentos	-		-	-	-	-
Outras contas a receber	22.515	-	22.515	8.026	-	8.026

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

O saldo relativo a Outros devedores refere-se, maioritariamente a valores a regularizar com fornecedores.

14 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a FENACAM tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2010	2009
Seguros	42.113	13.568
Manutenção	13.843	17.401
Licenças Software	4.826	4.774
Rendas	-	-
Outros serviços	6.110	3.558
Gastos a reconhecer	66.892	39.302
	-	
Facturação antecipada	-	-
Outros rendimentos	308	-
Rendimentos a reconhecer	308	-

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

15 Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da FENACAM, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 99.212 títulos com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	%	Número de títulos	Capital Social
FENACAM	98,78%	98.000	490.000
Caixas Associadas	1,10%	1.090	5.450
Caixa Central	0,10%	100	500
Outros	0,02%	22	110
Capital Social		99.212	496.060

16 Reservas e Ajustamentos de parte de capital

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total
1 de Janeiro de 2009	962.497	895.065	704.954	2.562.515
Aplicação do resultado do exercício	21.646	5.412	81.173	108.231
Distribuição	-	-	-	-
Outros	-	-	(213.889)	(213.889)
31 de Dezembro de 2009	984.143	900.477	572.238	2.456.858
Aplicação do resultado do exercício	61.887	15.472	232.078	309.437
Distribuição	-	-	-	-
Outros	-	-	47.873	47.873
31 de Dezembro de 2010	1.046.030	915.948	852.189	2.814.168

Reserva legal: corresponde a 20% dos excedentes anuais líquidos conforme nº 1 do art.º 39 dos Estatutos da FENACAM;

Outras reservas: inclui (i) uma reserva estatutária no valor de 800.693 euros que corresponde a 5% dos excedentes anuais líquidos conforme nº 1 do art.º 39 dos Estatutos da FENACAM e que destina a educação e formação cooperativa conforma previsto no art. 70º do Código Cooperativo; e (ii) o montante de 115.255 euros referente à contrapartida de diversas doações ocorridas no passado.

Resultados transitados: Em 2008, aquando do reconhecimento inicial do Fundo de Pensões do Crédito agrícola, optou-se por derogar a DC 19 e adoptar a IAS 19. No entanto, em 2009 foram revertidos todos os registos feitos em 2008 a este propósito e reclassificados de acordo com a DC 19 e o POC. A reversão efectuada, em 2009, teve um impacto negativo nos resultados transitados de 213.889 euros, apresentado no quadro acima na linha de outros. Foram efectuados os seguintes movimentos de reversão:

	Referente a 2007	Referente a 2008	Total
ACTIVO			
Gastos a reconhecer	(320.227)	37.094	(283.133)
Activos impostos diferidos	71.175	(1)	71.174
	(249.052)	37.093	(211.959)
PASSIVO			
Credores por acréscimos de gastos	(303.968)	(11.990)	(315.958)
Provisões prémios antiguidade	293.056	24.832	317.888
	(10.912)	12.842	1.930
CAPITAL PRÓPRIO			
Resultados transitados	(238.141)	24.252	(213.889)

17 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	Prémios de Antiguidade	Total
A 1 de Janeiro de 2009	-	-
Dotação/reversão por capital	317.888	317.888
Dotação por resultados	6.603	6.603
Redução por resultados	-	-
A 31 de Dezembro de 2009	324.491	324.491
Saldo corrente	-	-
Saldo não corrente	324.491	324.491
	324.491	324.491

	Prémios de Antiguidade	Total
A 1 de Janeiro de 2010	324.491	324.491
Dotação/reversão por capital	-	-
Dotação por resultados	15.223	15.223
Redução por resultados	-	-
A 31 de Dezembro de 2010	339.714	339.714
Saldo corrente	-	-
Saldo não corrente	339.714	339.714
	339.714	339.714

Os valores provisionados nesta rubrica respeitam às quantias reconhecidas como passivos de benefícios definidos, relativamente ao prémio de Antiguidade. Especificando, a FENACAM nos termos do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem 15, 25 ou 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a 1, 2 ou 3 meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente. Este prémio não se encontra incluído no Fundo de Pensões subscrito junto da CA, mas será uma responsabilidade de natureza certa e ocorrência provável.

18 Financiamentos obtidos

O detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final dos exercícios de 2010 e 2009, é como segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Locações financeiras	87.924	234.098	322.022	127.837	245.098	372.935
Juros a pagar - especialização	355	-	355	333	-	333
Juros pagos (antecipação)	-	-	-	-	-	-
	88.279	234.098	322.377	128.170	245.098	373.268

Locações financeiras

Resumo dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação activos nas datas apresentadas:

O valor actual do passivo das locações financeiras é como segue:

	2010	2009
Até 1 ano	88.279	128.170
Entre 1 e 5 anos	234.098	245.098
Mais de 5 anos	0	-
	322.377	373.268

19 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A FENACAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o Crédito Agrícola (CA) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades da FENACAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACT.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complemento de pensões.

Para cobertura das suas responsabilidades a FENACAM integra o fundo de pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACT, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo plano de pensões são os definidos no ACT, assume, assim a natureza de um fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da companhia de seguros CA Vida, S.A.

Nos termos do ACT, a FENACAM assumiu também o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que complementem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a 1, 2 ou 3 meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente. Os pressupostos para cálculo do valor actual dos benefícios são iguais aos benefícios anteriormente referidos.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados da FENACAM relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela companhia de seguros CA Vida, S.A.

Os valores provisionados nesta rubrica correspondem à diferença entre o valor presente da obrigação de benefícios definidos, e o valor dos activos do plano, conforme relatório actuarial, à data do fecho do exercício.

Os Prémios de Antiguidade não têm fundo constituído, sendo a respectiva responsabilidade coberta por uma provisão específica (ver Nota 17).

As responsabilidades e os correspondentes custos anuais são determinadas através de cálculos actuariais, utilizando o método de crédito da unidade projectada, efectuada por actuário independente, baseados em pressupostos que reflectem as condições demográficas da população coberta pelo plano e as condições económicas e financeiras prevalecentes no momentos do cálculo.

Em termos globais, o impacto deste plano nas demonstrações financeiras é como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Obrigações no balanço		
Plano de pensões e assistência médica	67.219	191.834
	<u>67.219</u>	<u>191.834</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Gastos na demonstração dos resultados		
Plano de pensões e assistência médica	3.094	9.899
	<u>3.094</u>	<u>9.899</u>

Os principais pressupostos utilizados no cálculo actuarial, são os abaixo indicados:

Pressupostos actuariais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Taxa anual de desconto	2,5%	5,5%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,0%	3,0%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,75%	2,0%
Taxa de rendimento	3,70%	4,5%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

19.1. Plano de pensões e de assistência médica

O montante da obrigação reconhecida no balanço é determinado como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Valor presente da obrigação	385.957	432.779
Justo valor dos activos do plano	(318.738)	(301.698)
Outros	-	60.753
Obrigações no balanço	<u>67.219</u>	<u>191.834</u>

O movimento ocorrido no valor actual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

Reconciliação da obrigação do plano de pensões

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
A 1 de Janeiro	432.779	405.338
Custo serviços correntes	25.125	26.247
Custo dos juros	24.472	22.995
Contribuições pagas	(789)	-
(Ganhos)/perdas actuariais	(95.630)	(21.801)
A 31 de Dezembro	385.957	432.779

Os fundos afectos a este plano tiveram a seguinte evolução:

Reconciliação dos activos do fundo

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
A 1 de Janeiro	301.698	263.259
Contribuições entregues	22.031	20.897
Contribuições pagas	(789)	(726)
Prémio de Seguro Pago	(10.277)	-
Rendimento dos activos do Fundo de Pensões	6.074	18.268
A 31 de Dezembro	318.737	301.698

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custos serviços correntes	35.402	26.247
Custos dos juros	24.472	22.995
(Ganhos) / perdas actuariais	(50.706)	(24.752)
Retorno estimado dos activos do plano	(6.074)	(14.591)
Total incluído em custos com pessoal	3.094	9.899

A contribuição estimada para o Fundo de pensões, em 2011 é nula.

20 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais i)	3.711		3.711	15.615	-	15.615
Outros credores						
Credores diversos ii)	14.699		14.699	3.012.795	-	3.012.795
Credores por acréscimos						
Férias e sub. férias iii)	319.236		319.236	315.770	-	315.770
Ajudas de custo e Km's	20.456		20.456	23.313	-	
Outros	31.228		31.228	19.258	-	19.258
Pessoal						
Despesas a reembolsar	1.002		1.002	311	-	311
Outras contas a pagar	390.333		390.333	3.387.061	-	3.387.061

- i) Fornecedor de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos valores facturados pela aquisição de activos não correntes;
- ii) Credores diversos - este saldo refere-se essencialmente ao valor a pagar a Sindicatos relativo aos montantes cobrados por conta desta entidade. Em 2009 encontrava-se registado o montante de 2.950.000 euros pago pela empresa "Conhecer e Viver, Unipessoal" referente à alienação do edifício da antiga sede na Rua Pascoal de Melo cuja escritura apenas ocorreu em Março de 2010.
- iii) Credores por acréscimos – o valor relativo a férias e subsídio de férias corresponde ao encargo com férias e subsídio de férias a pagar aos empregados em 2011, cujo direito foi adquirido até à data de fecho do exercício.

21 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	2010	2009
Fornecedores - Grupo	677.006	891.549
Fornecedores - Terceiros	702.994	607.327
Total saldo fornecedores - correntes	1.380.001	1.498.876

O saldo a pagar a Fornecedores - Grupo é composto por, na sua grande maioria, dos portes CTT que são redebitados pela Caixa Central e posteriormente afectos às CCAM.

O saldo a pagar aos fornecedores – terceiros é, maioritariamente, composto por Fornecedores de Mercadorias e Prestadores de Serviços, que entretanto foram ou serão facturados às CCAM.

22 Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Vendas de Produtos		
Mercado interno	3.178.202	3.087.274
Sub-total	<u>3.178.202</u>	<u>3.087.274</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Serviços de Apoio Técnico (SATA)	i) 601.991	740.239
Serviços de Produção Documental e Aprovisionamento (SPDA)	ii) 2.873.618	3.182.259
Serviços de Auditoria (SAUD)	iii) -	26.235
Sub-total	<u>3.475.609</u>	<u>3.948.733</u>
Vendas e prestações de serviços	<u>6.653.812</u>	<u>7.036.007</u>

i) SATA: Serviços de apoio técnico prestados às associadas, sendo os mais relevantes as avaliações imobiliárias e a assistência técnico-económica aos agricultores;

ii) SPDA: Serviços de produção, envelopagem e envio de documentos do CAM para os seus clientes, bem como arquivo digital dos mesmos; vendas de consumíveis para economato e outros fins; vendas de equipamentos e gestão do serviço de assistência do equipamento às Caixas; e serviços na gestão e controlo da produção e fornecimento de cheques para o Grupo CA;

iii) SAUD: Serviços de Auditoria às Caixas de Crédito Agrícola (associadas e não associadas), esclarecimento e apoio sobre questões técnicas e envolvimento em processos judiciais. Nesta rubrica em particular evidencia-se às Auditorias às não associadas, facto que não aconteceu em 2010.

23 Subsídios à exploração

Nesta rubrica está registado o subsídio proveniente do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo para realização de Auditorias às CCAM. Este subsídio é pago no final de cada ano, sendo que o seu valor varia de acordo com o número de auditorias solicitadas e consideradas efectuadas.

24 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		<u>2010</u>	<u>2009</u>
Trabalhos especializados	i)	1.333.252	1.341.793
Deslocações e estadas	ii)	214.176	270.879
Conservação e reparação	iii)	121.969	115.779
Comissões	iv)	-	106.200
Comunicação	v)	89.253	90.307
Transporte mercadorias	vi)	56.598	59.041
Honorários	vii)	21.404	55.389
Combustíveis	viii)	61.818	52.158
Limpeza, higiene e conforto	ix)	32.742	51.013
Outros		215.805	205.152
Fornecimentos e serviços externos		<u>2.147.017</u>	<u>2.347.711</u>

i) Trabalhos Especializados: refere-se em cerca de 1.100.000 euros de serviços efectuados por entidades externas sob gestão do SPDA e posteriormente facturados às Caixas, nomeadamente assistência técnica e produção documental. De salientar ainda os valores com o contracto RIMO no montante de 52.649,93 euros. Tanto a totalidade da rubrica, bem como as sub-rubricas referidas mantiveram-se dentro dos mesmos valores de 2009.

ii) Deslocações e Estadas: a composição desta rubrica é na sua grande maioria por pagamento de deslocação em viatura própria, no montante de 180.099,30 euros.

iii) Conservação e reparação: o valor dispendido divide-se em três áreas, gasto com viaturas 31.679,90 euros, gasto com edifícios 40.136,89 euros e gasto com equipamentos 50.152,37 euros.

iv) Comissões: o montante expresso em 2009 diz respeito à comissão paga pela venda do Edifício da Pascoal de Mello, não existindo pagamento de comissões em 2010.

25 Gastos com pessoal

Os custos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2010 e 2009, foram como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	160.895	155.167
Pessoal	2.467.483	2.392.799
	<u>2.628.378</u>	<u>2.547.966</u>
Encargos sociais	547.411	521.743
Prémios para pensões	3.094	9.899
Seguro acidentes trabalho	18.895	18.089
Outros gastos com pessoal	50.799	28.771
Sub-total	<u>620.199</u>	<u>578.502</u>
Gastos com o pessoal	<u>3.248.577</u>	<u>3.126.468</u>

O número médio de empregados do Grupo em 2010 foi de 54.

26 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

		<u>2010</u>	<u>2009</u>
Quotização estatutária variável	i)	1.103.915	1.469.463
Quotização estatutária fixa	ii)	213.562	221.945
Rendimentos suplementares		-	2.095
Correcções períodos anteriores		-	1.794
Descontos pronto pagamento obtidos		-	7
Outros	iii)	910.609	-
		<u>2.228.086</u>	<u>1.695.303</u>

- i) O valor de quotização variável diz respeito a um valor anual pago pelas Caixas Agrícolas Associadas, associado a uma percentagem fixada ano a ano em Assembleia Geral sobre o seu Activo Líquido. Esta obrigação está prevista nos Estatutos da FENACAM no seu artigo 9.º, alínea b). Na Assembleia Geral de 04 de Dezembro de 2010, onde foi aprovado o Plano de Actividades e Orçamento para 2011, ficou estipulada uma percentagem de 0,01010%;
- ii) O montante de quotização fixa diz respeito a uma quota anual de 2.500 euros por Associada, tal como estipulado no artigo 9.º dos Estatutos da FENACAM, alínea b);
- iii) Do montante descrito € 797.846 dizem respeito à mais valia contabilística da venda do edifício da Pascoal de Melo.

27 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

		<u>2010</u>	<u>2009</u>
Perdas em existências	i)	51.225	6.731
Impostos	ii)	2.053	5.752
Outros custos e perdas financeiros		1.841	2.280
Outros		54.702	21.893
		<u>109.820</u>	<u>36.655</u>

- i) Perdas em existências deve-se à destruição de material obsoleto.
- ii) A rubrica de impostos respeita a ao Imposto Único de Circulação.

28 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2010 e 2009 é como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Gastos financeiros		
Juros e gastos similares suportados	6.260	74.922
	6.260	74.922
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	3.717	7.722
Rendimentos de participação capital - dividendos	-	16.263
	3.717	23.985

Os juros suportados pela Empresa dizem respeito, essencialmente, aos juros das locações financeiras. Em 2009 ainda foram suportados juros do empréstimo bancário relativo à antiga sede, resultando a diminuição drástica de gastos de 2009 para 2010 da amortização total do referido empréstimo.

Relativamente aos juros e rendimentos obtidos, saliente-se os dividendos recebidos fruto da participação financeira no capital do Mercado Abastecedor do Porto, S.A., Em 2010 não foram obtidos rendimentos de dividendos, visto que a decisão da sua distribuição foi impugnada por via judicial.

29 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imposto s/ rendimento corrente	(113.339)	(125.300)
Imposto s/ rendimento diferido	3.825	1.558
Imposto sobre o rendimento	(109.514)	(123.742)

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi de 26,5%.

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado antes de Imposto	634.214	433.179
Taxa de Imposto Matéria Colectável até 12.500€ (12,5% taxa de IRC + 1,5% Derrama)	14,00%	14,00%
Taxa de Imposto Matéria Colectável > 12.500€ (25% taxa de IRC + 1,5% Derrama)	<u>26,50%</u>	<u>26,5%</u>
	<u>166.504</u>	<u>113.230</u>
Custos não dedutíveis	21.911	7.012
Estatuto fiscal cooperativo	(123.660)	(37.247)
Variações patrimoniais negativas	-	(4.366)
Deduções fiscais	(1.157)	(2.760)
Tributação autónoma	<u>49.740</u>	<u>49.431</u>
	<u>113.339</u>	<u>125.300</u>
Imposto s/ rendimento corrente	113.339	125.300
Imposto s/ rendimento diferido	<u>(3.825)</u>	<u>(1.558)</u>
Imposto s/ rendimento	<u>109.514</u>	<u>123.742</u>
Taxa efectiva de imposto	17,3%	28,6%

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	<u>1,50%</u>	<u>1,50%</u>
	<u>26,50%</u>	<u>26,50%</u>

30 Compromissos

A FENACAM não tem compromissos assumidos à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

31 Contingências

A FENACAM não contingências.

32 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da FENACAM é detido em 99,98% pelas Caixas Associadas e pela Caixa Central. Das Caixas Associadas, só não pertencem ao SICAM a CCAM de Mafra.

32.1. Remunerações dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da FENACAM são constituídos por:

- Direcção – 5 representantes de CCAM associadas;
- Conselho fiscal – 3 representantes de CCAM associadas;
- Mesa de assembleia-geral – 4 representantes de CCAM associadas;

Os órgãos sociais da FENACAM foram considerados de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais da FENACAM ascenderam a 160.895 euros em 2010 e 155.167 em 2009, conforme se segue:

Direcção	152.895	145.186
Conselho fiscal	5.450	6.287
Mesa assembleia-geral	2.550	3.694
	<u>160.895</u>	<u>155.167</u>

32.2. Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Sócias:

-Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)

-Caixa Central

Outras empresas do Grupo Crédito Agrícola:

-CA Gest, S.A.

-CA Consult, S.A.

-CA Vida, S.A.

-CA Informática, S.A.

-CA Seguros, S.A.

-CA Serviços, ACE

(b) transacções e saldos pendentes

Durante o exercício, a FENACAM efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Vendas de produtos		
Caixa Central	161.639	124.860
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	2.770.351	2.841.464
CA Gest, S.A.	2.782	1.944
CA Consult, S.A.	3.307	1.538
CA Vida, S.A.	12.895	37.226
CREDIVALOR	-	-
CA Informática, S.A.	107.996	10.636
CA Seguros, S.A.	76.908	24.980
CA Serviços, ACE	6.872	4.763
	<u>3.142.750</u>	<u>3.047.412</u>
Serviços prestados		
Caixa Central	130.916	149.784
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	3.000.035	3.173.056
CA Gest, S.A.	854	1.169
CA Consult, S.A.	-	-
CA Vida, S.A.	56.888	79.612
CREDIVALOR	-	1.508
CA Informática, S.A.	3.207	3.036
CA Seguros, S.A.	154.838	265.945
CA Serviços, ACE	4.086	4.399
	<u>3.350.824</u>	<u>3.678.510</u>

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2010 e 2009, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldos devedores		
Clientes		
Caixas de Crédito Agrícola SICAM	1.330.298	1.488.367
Caixa Central	110.953	61.015
CA Gest, S.A.	329	201
CA Consult, S.A.	21	152
CA Vida, S.A.	3.672	6.134
CA Informática, S.A.	105.990	2.401
CA Seguros, S.A.	25.775	29.375
CA Serviços, ACE	1.639	4.418
	<u>1.578.677</u>	<u>1.592.063</u>
Outras contas a receber		
Caixa Central	-	365
	<u>-</u>	<u>365</u>
Adiantamentos a fornecedores		
Caixa Central	-	38
	<u>-</u>	<u>38</u>
Saldos credores		
Fornecedores		
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	520	1.542
Caixa Central	596.306	885.956
CA Informática, S.A.	51.372	4.051
	<u>648.197</u>	<u>891.549</u>
Outras contas a pagar		
CA Seguros, S.A.	28.809	1.301
CA Vida, S.A.	-	1.559
	<u>28.809</u>	<u>2.860</u>
Financiamentos obtidos		
Caixa Central - leasings	322.022	372.935
	<u>322.022</u>	<u>372.935</u>

33 Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes a evidenciar nas contas.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento da Lei e dos estatutos, nomeadamente a alínea d) do artigo 34º dos Estatutos da FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, o Conselho Fiscal dá o seu parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direcção relativo ao exercício de dois mil e dez (2010).

Tendo este Conselho Fiscal tomado posse no passado dia 04 de Janeiro de 2011, fica assim prejudicado o acompanhamento da actividade da Federação e a consequente análise trimestral dos resultados, que representa sem dúvida uma das mais importantes tarefas de fiscalização deste órgão social.

O relatório aqui produzido teve como base reuniões com o responsável da área administrativa e financeira, com o Revisor Oficial de Contas e com a Direcção da Federação, que nos prestaram todos os esclarecimentos solicitados dentro de um espírito de total cooperação e disponibilidade. É importante referir que à semelhança do Conselho Fiscal também a Direcção tomou posse no início do ano de 2011, aplicando-se a este órgão, o que já foi referido quanto às limitações da acção do Conselho Fiscal.

Revisor Oficial de Contas acompanhou a actividade da Federação durante todo o exercício de 2010, tendo o responsável pela área administrativa e financeira iniciado as suas funções em Setembro de 2010.

Pese embora não tivéssemos acompanhado com regularidade a actividade da Federação, pelas razões acima referidas, foi-nos garantido quer pelo Revisor Oficial de Contas quer pelo responsável pelo serviço administrativo e financeiro que os documentos que suportam a actividade da Federação, cumprem as normas contabilísticas instituídas.

Chamamos a vossa atenção para o facto das contas relativas ao exercício de 2010 estarem já apresentadas adoptando o novo Sistema Normativo Contabilístico (SNC), tendo as contas de 2009 sido adaptadas para possibilitar a sua comparação com o exercício de 2010.

O resultado antes de impostos no montante de € 634.214 excede em 493% o valor orçamentado para 2010 e em 46% o valor relativo ao exercício de 2009.

Convém no entanto esclarecer que os resultados de 2010 estão influenciados por duas transacções não operacionais que representam no seu conjunto um impacto positivo nos resultados em € 846.483, sendo € 797.845 relativos à mais-valia contabilística registada com a venda do edifício da Pascoal de Melo e € 48.638 relativo ao impacto positivo nas contribuições para o fundo de pensões.

Expurgando o resultado do exercício destas ocorrências extraordinárias, a Federação teria apresentado para 2010 um prejuízo de € 321.783.

Este prejuízo seria praticamente igual ao valor da redução verificada na quota variável em cerca de € 365.548.

Conclui-se assim que a medida de gestão de reduzir a quota variável, não foi acompanhada das medidas correctivas do lado dos custos, necessárias para garantir a sustentabilidade da actividade desta Federação.

Procedemos ainda à análise sectorial das actividades principais da FENACAM que apresentam as seguintes contribuições para o resultado global da Federação:

A) Contribuição do SAUD	(206.755)
B) Contribuição do SPDA	1.311.531
C) Contribuição do SATA	(532.281)

Como se pode verificar o Serviço de Auditoria (SAUD) e o Serviço de Apoio Técnico (SATA) representam no seu conjunto uma contribuição negativa para os resultados no montante de € 739.037 o que significa uma absorção de mais 56% da contribuição positiva do Serviço de Produção Documental e Aprovisionamento (SPDA), única actividade lucrativa no seio da Federação.

O SAUD auditou 60 Caixas o que representa 71% do total das 85 Caixas existentes a 31 de Dezembro de 2010. Sem por em causa a qualidade reconhecida deste Serviço, impõe-se uma análise cuidada às condições de operacionalidade e eventualmente ao modelo de exploração que possibilite a melhoria dos indicadores financeiros e de produtividade deste sector.

O SATA, à semelhança do Serviço de Auditoria, exige uma análise aprofundada das condições de exploração e modelo de negócio que visem no curto prazo uma melhoria acentuada da sua rentabilidade.

O SPDA é neste momento o pilar de sustentação da viabilidade económica da FENACAM, razão pela qual merecerá certamente a melhor atenção da Direcção no sentido da monitorização da progressão dos seus resultados.

Neste sentido, o Conselho Fiscal sente-se na obrigação de recomendar veementemente à actual Direcção uma revisão séria, rigorosa e responsável das várias actividades da Federação, com carácter de urgência, sob pena de ser irremediavelmente posta em risco, a sustentabilidade da actividade da FENACAM, com todas as consequências negativas que tal situação acarretaria para as Caixas associadas e para a imagem do Crédito Agrícola em geral.

Analisámos ainda o processo de alienação do edifício sede da Pascoal de Melo e da aquisição do novo andar no Prior Velho.

Da informação recolhida podemos concluir que a operação de deslocalização da Sede produziu certamente e continuará a produzir um benefício económico para a FENACAM, fruto da redução dos custos de manutenção e conservação do edifício e dos encargos financeiros, tendo no entanto representado um deficit de tesouraria em termos meramente financeiros. De facto a operação combinada produziu um deficit de tesouraria da ordem dos € 97.003, resultado do encaixe da venda por € 2.950.000 e os € 3.047.003 despendidos com a aquisição, liquidação do empréstimo à Caixa Central, benfeitorias e Mobiliário e Equipamento.

Analisando as rubricas do balanço, verificámos que o novo edifício sede no Prior Velho está registado no activo da Federação pelo valor de € 1.960.677, incluindo as benfeitorias. No sentido da monitorização do valor dos activos pelo justo valor de mercado e tendo consciência da instabilidade permanente do mercado imobiliário, recomenda-se como prática de prudência, a realização de avaliações frequentes como forma de testar a valorização dos activos imobiliários da Federação.

Proposta

As contas da FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, reflectem de forma verdadeira e apropriada e nos termos da legislação aplicável e dos princípios enunciados pelo SNC, a actividade desenvolvida pela Federação durante o exercício de dois mil e dez.

Nestes termos, o Conselho Fiscal propõe à Digníssima Assembleia Geral a aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2010, bem como da respectiva aplicação de resultados apresentada pela Digníssima Direcção.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2011

O CONSELHO FISCAL

Presidente

João Manuel Correia da Saúde

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira

Relator

Manuel António Chaveiro de Sousa Soares

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Cadaval

Secretário

Francisco Eduardo das Neves Rebelo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Inscrita sob o nº 23

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOSÉ BARATA FERNANDES
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

AUDITOR (C.M.V.M.)

Membro de / Member of



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 6.519.947 euros e um total de capital próprio de 3.834.929 euros, incluindo um resultado líquido de 524.701 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da *FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L.*, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

Conservatório de Registo Comercial de Lisboa

Nº de Matricular/NIPC 501266259

Capital Social € 13.400

SEDE | HEAD OFFICE: Avenida da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C - 1250-143 LISBOA - PORTUGAL

Tel. (+351) 217 271 197 | Fax (+351) 217 273 129

E-mail: geral@orasroc.pt

Web: www.orasroc.pt

Delegação | Branch: Av. 22 de Maio, nº 24 - Escritório 3 2415-396 LEBRIA - PORTUGAL Tel (+351) 244 822 175 | Fax (+351) 244 822 178



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L.*, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante no relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2011

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056

FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL

Sede: Rua Professor Henrique de Barros, 4 - 7º 2685-338 Prior Velho Tel. 213 136 900 Fax 213 136 991

fenacam.direccao@creditoagricola.pt (Direcção)
fenacam.saf@creditoagricola.pt (Serviço Administrativo e Financeiro)
fenacam.sauditoria@creditoagricola.pt (Serviço de Auditoria)
fenacam.sata@creditoagricola.pt (Serviço de Apoio Técnico)

SPDA - Serviço de Produção Documental e Aprovisionamento:
Complexo Industrial, BI Estrada da Lapa, 1
2665-540 Venda do Pinheiro Tel. 219 663 570/1 Fax 219 663 579

fenacam.cpdoc@creditoagricola.pt (Centro de Produção Documental)
fenacam.rcheques@creditoagricola.pt (Gestão de Cheques)
fenacam.spda@creditoagricola.pt (Aprovisionamento)



Juntos somos mais.